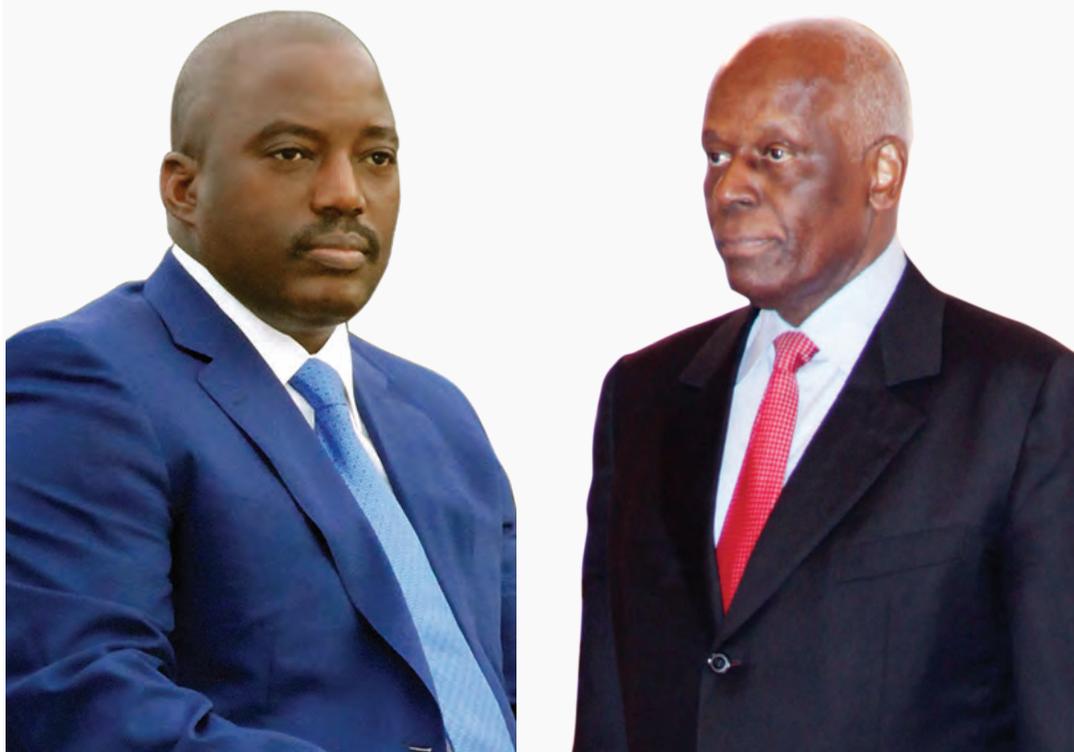


PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'

RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola

A **AUTORIZAÇÃO** unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14



PETRÓLEO

Potencial do onshore ignorado

Com os custos de produção do petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos e que promove a criação de microeconomias locais e de emprego. A produção onshore em Angola é marginal, abaixo dos 3%, contrariando a tendência mundial. 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Págs. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISAS

Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza

A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) é a autora de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro, no sentido de acordos com as autoridades angolanas, para que o real seja aceito em Angola e o kwanza, no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas

Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Eletrics, no valor de 300 milhões de dólares, que preveem abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVAÇÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS

Governo descarta revisão imediata do OGE

À entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a indisponibilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Págs. 10-11



Moedas AKZ USD 160,9 kz (+0,9) ▲ EUR 181,02Kz (+0,7) ▲ LIBRA 229,7 Kz (-0,3) ▼ YUAN 24,7 Kz (+0,1) ▲ RAND Rand - 10,5 Kz (+0,1) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



PREVISÕES DEGRADANTES

Duas reputadas instituições internacionais reviram em baixa, na última semana, as projecções de crescimento da economia angolana. A Fitch, uma das mais importantes agências de notação financeira, espera uma expansão do Produto Interno Bruto de 2,5%. Ao passo que a revista britânica 'The Economist Intelligence' é mais pessimista e admite um crescimento da riqueza nacional de apenas 1,1%. Qualquer uma das duas projecções está significativamente abaixo das contas do Governo angolano que continua a admitir um crescimento do PIB a rondar os 3,3%, como inscrito no Orçamento Geral do Estado.

Os cálculos das duas instituições sobre o preço médio do barril do petróleo, em 2016, também não são boas notícias para as contas angolanas. Neste particular, a revista britânica é mais optimista, mas, ainda assim, coloca o petróleo a valer, em média, menos 2,1 dólares do que as estimativas governamentais que assumem o preço fiscal de 45 dólares. Para a agência de notação de risco, o principal produto das exportações nacionais vai ficar-se nos 35 dólares, em 2016. Muito mais



grave do que o cenário que a revista perspectiva.

O significado do conjunto destas análises para a economia nacional, apesar das notáveis diferenças de números, vai num único sentido. Salvo qualquer imprevisto extraordinário, como uma inesperada valorização do 'ouro negro', as dificuldades por que Angola deve passar serão muito maiores do que aquelas já admitidas pelo Governo. Na perspectiva mais pessimista (a da Fitch), por exemplo, a capacidade de encaixe de receitas, pela venda do petróleo, recua pouco acima dos 20%. Cenário que afecta, de forma imediata, várias outras variáveis, como a capacidade de endividamento do Estado. E, mais do que isso, o possível agravamento dos receios dos mercados internacionais sobre a confiança na economia nacional, depois de se terem tor-

nado, desde Setembro do ano passado, numa das alternativas de financiamento do país, com o primeiro lançamento de títulos da dívida soberana. Em termos práticos, com a antecipação de um novo 'roadshow' nas principais praças internacionais, a equipa económica do Governo poderá ser confrontada com taxas de juro 'proibitivas', em comparação com os já elevados 9,5% que negociou na estreia do país nos 'eurobonds'.

Perante este quadro, as alternativas verdadeiramente úteis que sobram para as autoridades angolanas são as reformas internas. E as opções válidas, como o cerco à corrupção, o alargamento da base tributária e a redução da estrutura do Estado, incluindo a eliminação de despesas inúteis, são de domínio comum. Só que, para isso, não basta a construção de um discurso teórico assente na 'vontade de fazer', como se depreende da chamada 'estratégia de combate à crise'. Mais do que isso, é necessário que as acções produzam resultados visíveis. Como se esperaria, por exemplo, que, após o reconhecimento pelo Presidente da República, de práticas do BNA que lesaram interesses do Estado e das famílias, houvesse responsabilidades apuradas. De outra forma, a viragem de paradigma que se apregoa hoje, de forma intensa, estará muito perto da miragem.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Colaboradores: Cândido Mendes

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes e Mariquinha Rego

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Tel.: +244 936272323

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones:

+244 222 320510, 222 320511

Fax: 222 320514

A semana

3 PERGUNTAS A...



JAIME FORTUNA

- O OGE vai ser revisto?

Ainda é prematuro. A conjuntura económica é de incertezas, em termos económicos e de geopolítica internacional. No entanto, caso haja necessidade, deveremos entender como um exercício natural, quando se está com elevadas incertezas e alta volatilidade externa.

- Havendo ajustes, serão conservadores?

O OGE é um mapa previsional e, como tal, sempre será passível de ajustamentos. Num passado recente, as revisões eram feitas para cima. Se hoje forem feitas para baixo, devemos entender isso como um processo da dinâmica da gestão macroeconómica e da política fiscal.

- Que lições para Angola?

O princípio básico dos manuais de economia “os recursos são limitados e as necessidades ilimitadas” mostra a necessidade da aplicação racional dos recursos. Serve também para nos alertar para a necessidade de rever procedimentos, estratégias e planos definidos, ajustando-os em função da conjuntura económica, mas, fundamentalmente, tendo sempre em atenção o grau de prioridades e maior acompanhamento nas execuções físicas e financeiras dos diversos projectos, olhando-se de forma realista para as nossas limitações.

TERÇA-FEIRA
A ministra das Pescas, Vitória de Barros Neto, denunciou que a utilização de sistemas de pesca ‘Banda-Banda’ e ‘Rapa’ ameaça a preservação e gestão dos recursos pesqueiros, durante a inauguração do Centro Regional de Fiscalização de Luanda.

QUARTA-FEIRA
O BNA aumentou em dois pontos percentuais a taxa básica de juro, que passou agora a estar fixada em 14%, por decisão do Comité de Política Monetária.

QUINTA-FEIRA
Angola corre o risco de ver o ‘rating’ baixar consideravelmente se as condições económicas não sofrerem uma alteração substantiva, segundo análise da Fitch, uma das mais importantes agências de notação financeira do mundo.



SEGUNDA-FEIRA

A petrolífera Statoil cedeu a quota de 20 por cento que detinha na sociedade operadora de produção no bloco 4/05 do ‘offshore’ à Sonangol, de acordo com um decreto do ministro José Maria Botelho de Vasconcelos, que autoriza a cessão do interesse participativo da Statoil no contrato de partilha de produção daquele bloco.

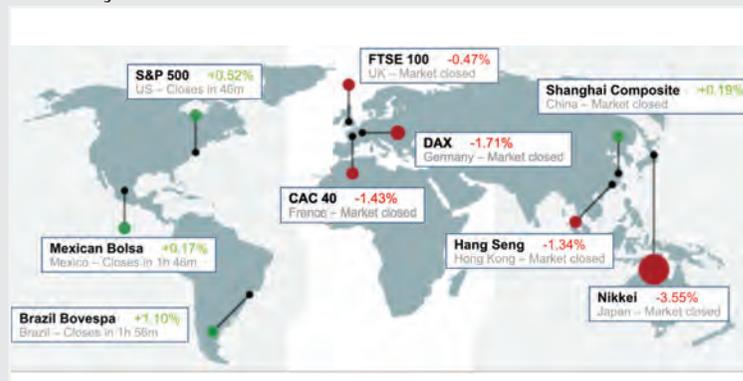
SEXTA-FEIRA
O balcão do BPC na Dala, Lunda-Sul, foi inaugurado no âmbito da política de expansão de rede de balcões na província, segundo o director para a região leste do banco, Serafim Neves Cachucho.

SÁBADO
900 milhões de dólares foram investidos pelo Estado no projecto de energia eléctrica do Ciclo Combinado do Soyo, revelado pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, durante a visita efectuada àquela localidade.

DOMINGO
O FMI concluiu que o petróleo barato não está a ter o impacto positivo global que se esperava no crescimento da economia mundial, destacando que os mercados financeiros não reagiram positivamente à queda dos preços do barril de crude.



COTAÇÃO



EUROPA EM BAIXA PELA SEGUNDA VEZ

Europeus ressentiram-se das oscilações do sector petrolífero, a registar, pela segunda vez, quedas na maioria dos seus ‘players’ depois do anúncio da subida dos ‘stocks’ de oferta em 2,3 milhões de barris de petróleo, divulgados na semana passada pelos EUA. No Reino Unido, o FTSE 100 recua -0,65%, pressionado pelo sector de mercadorias. Caiem também o Paris Cac 40, em -1,13%, e o Dax de Frankfurt (-0,61%).

Mercadoria	Mês	Último	Prévio	Máxima	Mínima	Var.	Var.%	Hora
Ouro	Jun.16	1.221,70	1.235,60	1.236,90	1.210,30	-13,90	-1,12%	15:00:05
Prata	Mai.16	15,040	15,464	15,500	14,785	-0,424	-2,74%	15:00:05
Cobre	Mai.16	2,163	2,183	2,204	2,159	-0,020	-0,92%	15:00:05
Platina	Jul.16	956,60	977,50	987,60	952,75	-20,90	-2,14%	15:00:05
Paládio	Jun.16	564,30	564,00	574,80	556,97	+0,30	+0,05%	14:59:57
Petróleo	Mai.16	36,94	38,34	38,48	36,73	-1,40	-3,65%	15:00:05
Petróleo Brent	Jun.16	38,83	40,33	40,43	38,56	-1,50	-3,72%	15:00:05
Gás Natural	Mai.16	1,949	1,959	1,992	1,928	-0,010	-0,51%	14:59:40
Óleo de Aquecimento	Mai.16	1,1408	1,1855	1,1926	1,1316	-0,0447	-3,77%	15:00:05

PETRÓLEO ‘AMEAÇADO’

O histórico do petróleo na última semana teve sentido ascendente, pelo menos até ao fecho da sessão de 31 de Março, a registar 40,16 dólares. A tendência não foi a mesma no dia seguinte. A poucas horas do fecho da sessão, o ‘ouro negro’ estava cotado nos 38,9 dólares, depois de ter aberto nos 40,1. Analistas antevêm uma regressão nos preços, com o anúncio da subida do ‘stocks’ de oferta pelos EUA.

Observatório

A vez do onshore?

INDÚSTRIA PETROLÍFERA. A baixa do preço do petróleo no mercado internacional aliada aos elevados custos de produção está a tornar cada vez mais urgente a necessidade de mudanças de paradigma. E, sendo que o sector petrolífero é o que mais contribui para a economia nacional, e porque é a opção eleita de muitos países produtores, o VE analisa os prós e contras da aposta na exploração onshore.

Por António Nogueira

De altos de 145 dólares por barril em 2008, a baixos de 28 dólares no início do ano corrente, (valor mais barato que o barril que o transporta), o petróleo já nos habituou a ciclos de volatilidade tenebrosos para as economias que como a nossa dele dependem.

Depois da crise económica e financeira, o preço do barril de crude ressentiu-se para os 61,9 dólares em 2009. Em 2012, num cenário que estaria a ser impulsionado por uma forte procura do 'ouro negro' por países como os Estados Unidos da América e China, o preço do barril atingiu os 112 dólares e manteve-se a rondar os 100 dólares até finais de 2014. No ano seguinte o preço do barril lutava para se manter na casa dos 50 dólares, e, depois de um início

de 2016 verdadeiramente negro para a indústria, continua a lutar para sair da casa dos 30 dólares.

Em Angola, o contexto do mercado internacional, que muitos já cunharam como o início do fim da era petrolífera, é particularmente preocupante porque os custos de produção do barril rondam os 35 dólares, mais do triplo do custo médio de produção de países como a Arábia Saudita que estima os custos de produção do barril, maioritariamente em terra (onshore), a menos de 10 dólares. O custo da exploração onshore é variável, de acordo com a profundidade a que se situa a reserva e com a existência de estruturas de apoio como terminais de entrega e facilidade de transportação. Em Angola estimam-se os custos de produção onshore na casa dos 20 dólares.

Os elevados custos de produzir em Angola levaram multinacionais como a Total, que detém os maiores investimentos estrangeiros no sector, a considerarem retirar-se do país.

O quadro de preços baixos obrigou produtores a nível mundial a diversos ajustamentos que incluíram cortes de pessoal, suspensões de produção, desinvestimento em blocos e, sobretudo, um olhar aturado para custos de produção evitáveis e para soluções menos onerosas. Nos EUA, depois do boom nos preços do barril as petrolíferas americanas investiram pesadamente na exploração petrolífera onshore aumentando o número de empregos relacionados com a indústria directa e indirectamente em 40% desde 2007. Porque muitas dessas empresas estão a sofrer cortes de receita da ordem dos 70%, cerca de 120 mil empregos já desapareceram, sendo que a estimativa é de que os preços continuamente baixos possam levar ao desemprego mais 170 mil. Na Inglaterra, perderam-se 65 mil postos de trabalho na indústria e espera-se que desapareçam mais 45 mil. Na Noruega, 200

CONTINUA NA PÁG. 6

BACIA DO BAIXO CONGO

BLOCO CABINDA CENTRO

O Bloco Cabinda Centro está localizado na porção terrestre da Bacia do Baixo Congo adjacente aos petrolíferos Bloco Zero a Oeste e a Sul pelo Bloco Cabinda Sul, na província de Cabinda.

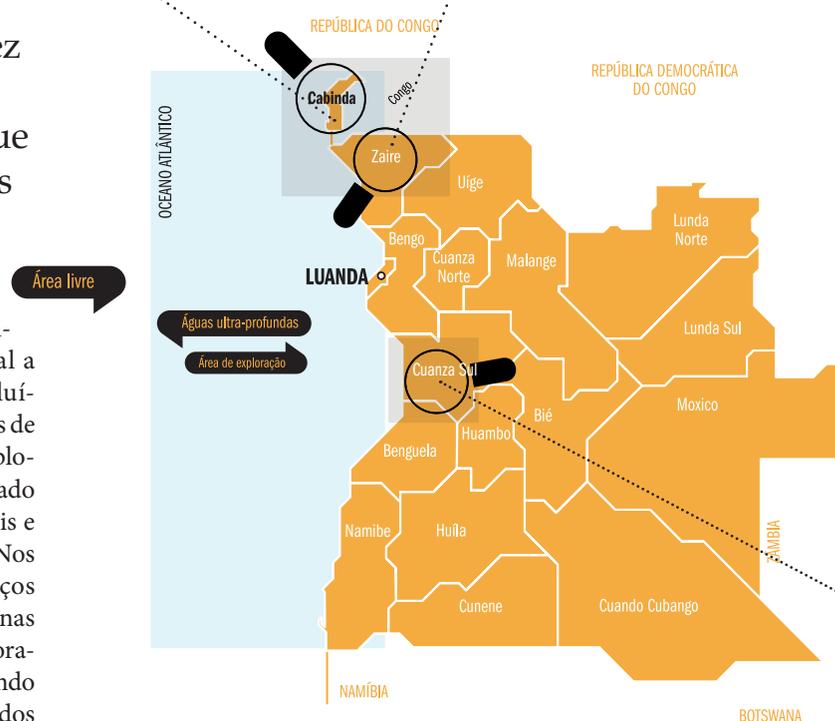
Localização: Bacia do Baixo Congo
Área total: 1,426 km²
Poços perfurados: 33
Recursos disponíveis: 250 MMBO

(milhões de barris de petróleo)

BLOCO CABINDA CENTRO

A Bacia Terrestre do Baixo Congo está localizada a noroeste de Angola. O Bloco CON 1 está situado a noroeste da Bacia tem uma área geográfica de 755 Km² e está limitado a Norte pelo rio Congo, a Este pelos blocos CON 2 e CON 4, a Sul pelo bloco CON 6. Na parte Oeste faz fronteira com o litoral.

Localização: Bacia do Baixo Congo
Área total: 755 km²
Poços disponíveis: n/d
Recursos disponíveis: n/d



BLOCO KON 3

O bloco KON 3 está localizado na zona terrestre da Bacia do Kwanza. É limitado a Norte pelo bloco KON 1, a Sul pelos blocos KON 7 e KON 8, a Este pelo afloramento do soco Pré-câmbrico e a Oeste pelo bloco KON 2 da zona terrestre da Bacia do Kwanza.

Localização: Bacia do Kwanza
Área total: 1,117.72 km²
Poços disponíveis: 8
Recursos disponíveis: 340 MMBO

(milhões de barris de petróleo)

BLOCO KON 5

O Bloco KON 5 está localizado na zona terrestre da Bacia do Kwanza. É limitado a Norte pelo bloco KON 2, a Sul pelo bloco KON 8, a Este pelo bloco KON 6 e a Oeste pelo bloco KON 4.

Localização: Bacia do Kwanza
Área total: 1,024.00 km²
Poços disponíveis: 22
Recursos disponíveis: 472 MMBO

(milhões de barris de petróleo)

145

Dólares. Pico do preço do barril de petróleo em 2008, que contrasta drasticamente com os actuais cerca de 30 dólares.

500

Mil. postos de trabalho que já desapareceram ou correm risco na indústria petrolífera internacional.

O mapeamento do onshore nacional

Segundo dados da Sonangol, actualmente, o onshore angolano é composto pelas partes terrestres das bacias do Congo, Kwanza, Benguela, Namibe e pelas bacias interiores de Kassanje, Okavango e Owango. Mas entre todas elas, na fase actual, a única que se encontra em produção é a do Baixo Congo, da parte terrestre do

Congo, também denominada área do Soyo. "A Bacia do Congo encontra-se em fase plena de exploração, estando dividida em dois blocos: o Cabinda Norte, cujo operador é a Sonangol Pesquisa & Produção, e o Cabinda Sul, que tem a Rakoil como operador", indica a Sonangol. A zona do Soyo tem sido operada pela

39,92

O PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO BRENT, para entrega em Junho, abriu em alta, na passada sexta-feira, no mercado de futuros de Londres, a valer 39,92 dólares, mais 0,80% do que no fecho da sessão anterior.

BLOCO CABINDA CENTRO



O Bloco CON 5 está localizado na parte sudoeste da bacia, e o Bloco CON 6 no centro oeste da bacia. É limitado pelo bloco CON 3 a Norte, bloco CON 4 a Oeste, a Sul pelo bloco CON 7 e a Este pelo afloramento do embasamento. Não existe histórico de exploração neste bloco até 2010 altura em que os dados sísmicos foram adquiridos.

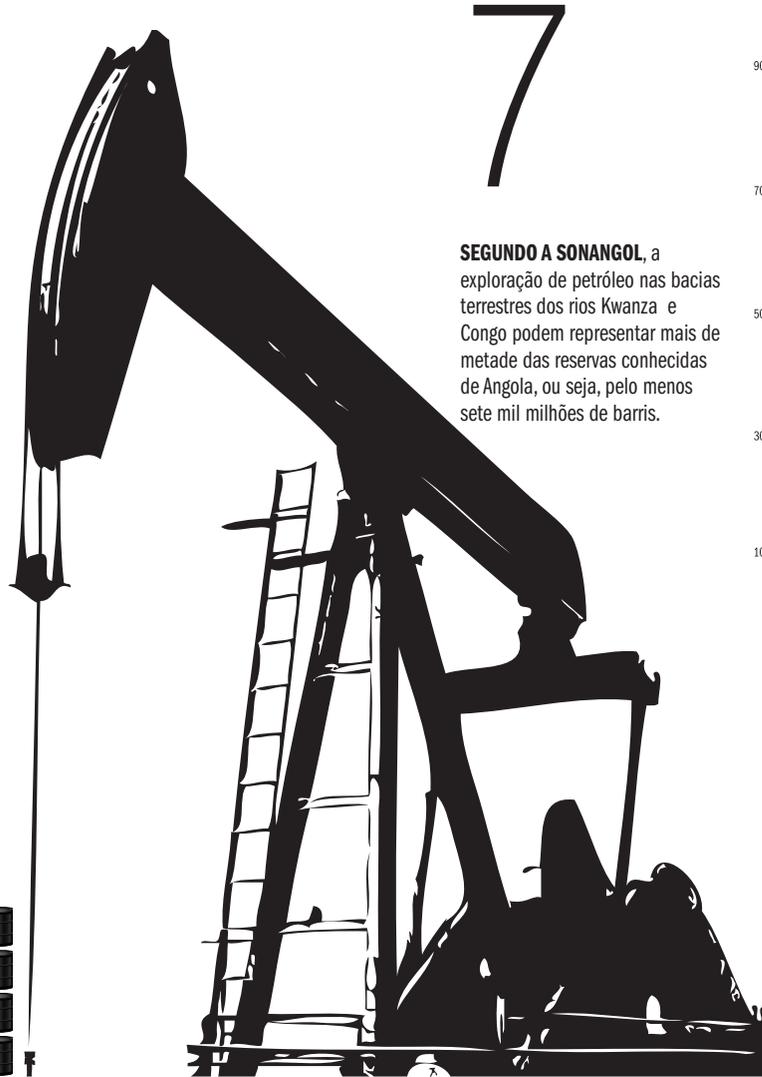
Localização: *Bacia do Baixo Congo*
Área total: 683.29 km²
Poços disponíveis: n/d
Recursos disponíveis: n/d

BLOCO CABINDA CENTRO



O bloco CON 6 está limitado pelo bloco CON 1 e bloco CON 4 a Norte, a Este pelo bloco CON 7, a Sul pelo bloco CON 8 e pela linha de costa a Oeste.

Localização: *Bacia do Baixo Congo*
Área total: 631.97 km²
Poços disponíveis: 4



SEGUNDO A SONANGOL, a exploração de petróleo nas bacias terrestres dos rios Kwanza e Congo podem representar mais de metade das reservas conhecidas de Angola, ou seja, pelo menos sete mil milhões de barris.



Milhões de barris de petróleo

BACIA DO KWANZA

BLOCO KON 6



O Bloco KON6 está localizado na zona terrestre da Bacia do Kwanza, é limitado a Norte pelo bloco KON 3, a Sul pelo bloco KON 9, a Este pelo bloco KON 7 e a Oeste pelo bloco KON 5.

Localização: *Bacia do Kwanza*
Área Total: 1,024.00 km²
Poços disponíveis: 9 poços
Recursos disponíveis: 679 MMBO

(milhões de barris de petróleo)

BLOCO KON 8



O Bloco KON 08 está localizado na Zona Terrestre da Bacia do Kwanza, limitado a Norte pelo Bloco KON 05, a Sul pelo Bloco KON11, a Este pelo Bloco KON 09 e a Oeste pelo Bloco KON 04.

Localização: *Bacia do Kwanza*
Área total: 1,024.00 km²
Poços disponíveis: 8 poços
Recursos disponíveis: 470 MMBO

(milhões de barris de petróleo)

BLOCO KON 17

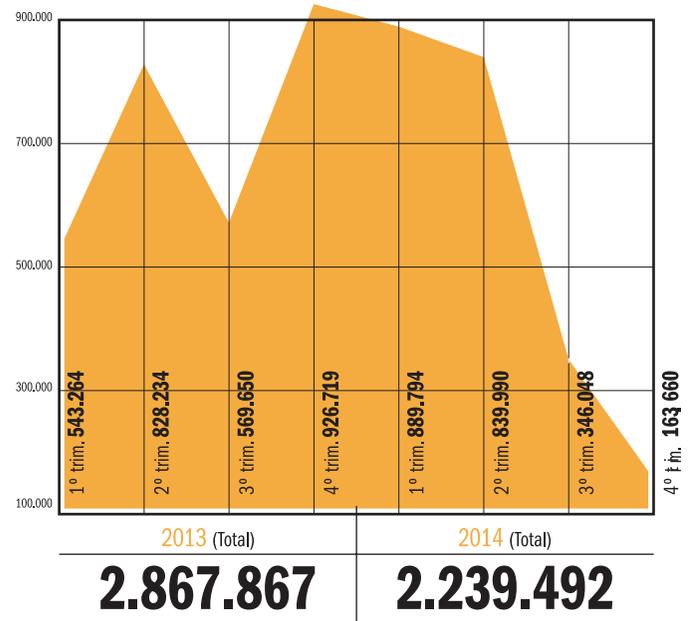


O Bloco KON 17 está localizado na zona terrestre da Bacia do Kwanza, é limitado a Norte pelo Bloco KON 13, a Sul pelo bloco KON 20, a Este pelo bloco KON 18 e a Oeste pelo bloco KON 16.

Localização: *Bacia do Kwanza*
Área total: 1,024.00 km²
Poços disponíveis: 9 poços
Recursos disponíveis: 207 MMBO

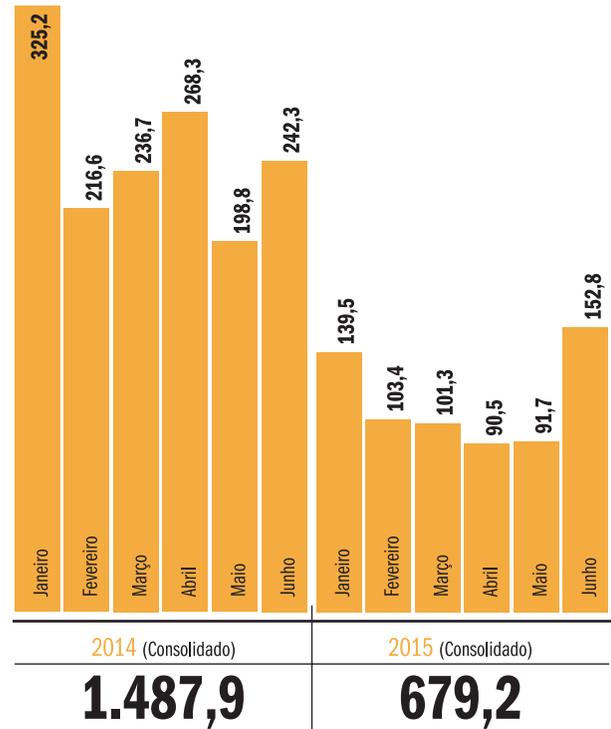
(milhões de barris de petróleo)

Produção de petróleo bruto em Angola



Ganhos com o crude nos últimos dois anos

Receitas em mil milhões de kwanzas



companhia francesa Total.

Porém, brevemente, toda a operação deverá ser transferida para uma empresa angolana, a Somoil, assegurando como parceiro técnico de relevo a Sonangol Pesquisa e a Produção na Bacia do Kwanza que foram admitidos a concurso público, em 2007, para licenciamento de dois

novos Blocos o 11 e o 12.

Foram feitos estudos de exploração, estando prevista a realização, pela Sonangol, de trabalhos de sísmica 2D.

As Bacias de Benguela e do Namibe desenvolvem actualmente trabalhos de exploração, sobretudo, de campo, recolha de amostras e reco-

nhecimento geológico com o objetivo de aferir o potencial petrolífero.

As bacias interiores de Kassanje, Okavango e Owango iniciaram, em 2006, os estudos de reconhecimento geológico, estando agora em curso estudos aerogravimétricos em cerca de 100,000 km², ou seja, em toda extensão das bacias.

HISTÓRICO DA EXPLORAÇÃO EM TERRAS DE ANGOLA

A primeira licença de concessão para a prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos em Angola data de 1910 e foi concedida à firma Canha & Formigal, tendo como operadora a companhia Pesqui-

sas Mineiras de Angola (PEMA), indicam dados da Sonangol.

Esta concessão cobria uma área de 114.000 km² e compreendia a totalidade da parte terrestre das zonas sedimentares do Congo e do Kwanza, localizadas entre as actuais cidades do Soyo, a Norte, e a do Sumbe, a Sul.

Observatório

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 4

mil estão em risco graças aos preços baixos do barril. Cerca de 380 mil milhões de dólares em projectos e investimentos estão suspensos à espera de melhores dias.

Os especialistas são unânimes em afirmar que a exploração no onshore (em terra) é uma das soluções viáveis porque a exploração é menos onerosa quando comparada com os custos de produção offshore, é mais rápida, em poucas semanas pode produzir, ao contrário do offshore que obriga a vários meses de trabalho antes de sair o primeiro carregamento. O onshore tem também maior capacidade de gerar microeconomias e emprego na áreas onde está instalada.

José de Oliveira, especialista na área de energia explica que se deve ter em conta que a actividade de produção em terra pode gerar negócios acessíveis a pequenas empresas angolanas, nomeadamente nas áreas de catering, transporte de pessoal ou de petróleo bruto em camiões cisterna. “Em terra só há custos elevados no transporte se a produção for grande - acima de 10.000 barris/dia - e se verificar muito longe - digamos mais de 150 km - da refinaria ou do terminal de exportação e não tiver acesso fácil e perto de um caminho-de-ferro”.

ANGOLA CONTRA-CORRENTE

Do petróleo que circula no mercado mundial 67% é extraído onshore, com 24% tendo origem em águas pouco profundas (rasas) e 9% em águas ultra profundas. Em Angola a produção onshore é incipiente, menos de 3% total do petróleo explorado.

A explicação para a aposta no offshore angolano (que relegou o onshore para segundo plano), reside segundo analistas consultados pelo VE num conjunto de factores de ordem política, financeira e burocrática. O primeiro factor a ditar a estagnação da exploração onshore foi o conflito armado que impediria o transporte e perigava a actividade de diversas maneiras. O custo de desminagem a



67% da produção mundial de petróleo é do onshore, que em Angola dá menos de 3%

título de exeplo é mais um que torna ainda hoje a exploração em terra mais onerosa. No aspecto financeiro há ainda a considerar factores geológicos já que o potencial de exploração onshore tende a ser menor em comparação com as reservas no mar, que tornam mais atractivo o investimento offshore apesar do elevados custos de produção. Isto porque o investimento offshore é protegido por contratos de longa duração, que permitem ao investidor recuperar os avultados investimentos. Angola conquistou no mercado internacional a fama de cumprimento cabal dos contratos petrolíferos em África e solidificou a relação com as maiores empresas petrolíferas multinacionais, diferente da postura muito criticada da Nigéria cujos contratos sempre sofreram o impacto da volatilidade política pondo em causa os investimento de longo prazo no sector. A nível burocrático a intervenção da concessionária nacional é criticada por analistas como José Oliveira, que considera que o investimento no onshore saiu

3%

Onshore. Do total da produção petrolífera nacional 97% é extraído offshore.

MEMORIZE

- A receita da produção diária em Angola ronda os 9 milhões de dólares dia, estimando o preço a 40 USD por barril com o custo de produção em 35 USD. Para atingir a mesma cifra, o onshore teria de produzir cerca de 600 mil barris dia, em vez dos 1.8 milhões do offshore, graças ao custo de produção mais baixo.

prejudicado “pela falta de capacidade de atrair investidores” e pela postura punitiva face ao empresariado nacional interessado “como se a riqueza a ser gerada não fosse ficar pelo país”

como acontece nas negociações com partes estrangeiras que repatriam lucros. Outra questão levantada por outros analistas do sector foi a obrigatoriedade das empresas investidoras negociarem também com os proprietários dos terrenos. Isto funciona como um desincentivo pelas dificuldades negociais com proprietários que iriam exigir margens de lucro proibitivas e que em alguns casos poderiam atropelar regras de compliance a que as petrolíferas internacionais estão sujeitas que incluem limitações a negociações directas a título pessoal com pessoas da concessionária estatal ou do governo.

Em Dezembro do ano passado, a Sonangol anunciou, em comunicado, que constituiu oito grupos empreiteiros para explorar petróleo em duas bacias terrestres do país.

A licitação abrange blocos para exploração de petróleo nas bacias terrestres dos rios Kwanza (sete) e Congo (três) que, segundo a Sonangol, podem representar mais de metade das reservas conhecidas de Angola,

ou seja pelo menos sete mil milhões de barris. O processo de licitação da concessionária nacional elegeu como operadores, nomeadamente a Somoil (bloco CON1, com mais oito empresas não-operadoras), EC & MDS (CON5, com mais quatro empresas), Sunshine (CON6, com mais oito empresas), Grupo Simples Oil (KON6, com mais seis empresas), Alfort Petroleum (KON8, com mais cinco empresas), AIS (KON9, com mais seis empresas) e Soconinfa (KON17, com mais nove empresas).

Segundo ainda o comunicado da Sonangol, “as empresas associadas, agora aglomeradas por bloco, teriam ainda de assumir várias obrigações para poderem formalmente integrar os grupos empreiteiros, como a apresentação das garantias bancárias relativas ao valor do programa mínimo de trabalho e ao pagamento de 1 milhão de dólares por cada bloco em que participam”.

Inicialmente, o processo de licitação – que arrancou em Abril de 2014 – havia pré-qualificado 38 petrolíferas, como operadoras, entre as quais destacavam-se as portuguesas Galp Energia e Partex, mas também empresas como a italiana Eni, a norte-americana Chevron ou a colombiana Ecopetrol, na mesma condição.

Contudo, nenhuma destas integra os grupos empreiteiros, por não terem apresentado propostas finais de licitação ou por exclusão do concurso.

Segundo a Sonangol, no concurso para não-operadoras (as empresas minoritárias nos grupos empreiteiros a constituir por bloco) estavam pré-qualificadas 47 empresas.

Sem avançar datas, a Sonangol afirma que “está para breve a divulgação da política de exploração que deverá ser seguida na actividade de exploração petrolífera em terra, uma vez que estão agora criadas as condições, quer da parte do Governo quer da Sonangol, para se intensificar a exploração no onshore com vista à exploração efetiva de todo o seu potencial produtivo e, consequentemente, económico”.

O primeiro poço perfurado nesta concessão foi o Dande n.º1, situado na margem esquerda do rio com o mesmo nome e teve início a 25 de Março de 1915, tendo atingido a profundidade de 602 metros sem quaisquer resultados positivos.

A primeira descoberta comer-

cial de petróleo veio a ocorrer 40 anos mais tarde, em 1955, embora com proporções relativamente modestas na zona denominada na altura como ‘Jazigo de Benfica’. Esta área fica na Bacia do Kwanza, nas proximidades da cidade de Luanda, a descoberta foi um feito da Missão de Pes-

quisas de Petróleo, uma subsidiária do Grupo Belga Petrofina ou Purfina. Segundo ainda a Sonangol, em Julho de 1961, no prosseguimento dos trabalhos iniciados pela Missão de Pesquisas, a então companhia operadora Petrangol descobriu o primeiro jazigo de dimensão importante,

o Campo de Tobias, na região de Cabo Ledo, que não só garantiu a autossuficiência de Angola, em termos de petróleo bruto como também conseguiu destruir definitivamente o ceticismo de muitos relativamente à existência do precioso ‘ouro negro’ no subsolo angolano.

A EXTRACÇÃO NO ONSHORE

Diz a história que a utilização do petróleo data de 4.000 a.C. e, nessa altura, a sua extração acontecia somente em terra, sendo que a descoberta de petróleo no mar se deu entre os séculos XIV e XX. Isso faz da extração onshore, o

Pesquisa em terra ainda é uma incógnita



José de Oliveira

Jornalista e Colaborador do CEC/UCAN para a área de Energia

A pesquisa de petróleo em larga escala em terra está finalmente em vésperas de se iniciar, com muitos anos de atraso do que inicialmente estava previsto, pois a situação de guerra em que vivemos, a qual não permitia arrancar com essa atividade, já acabou há mais de uma dúzia de anos.

O que se pode esperar da pesquisa petrolífera em terra ainda é uma incógnita, pois não há um inventário fundamentado do nosso potencial onshore na globalidade das Bacias do Baixo Congo – à excepção das regiões à volta de campos que produzem – do Kwanza – onde já produziram – e do Namibe, zona em que nem em terra nem no mar se pesquisou ainda petróleo.

E mesmo em Cabinda onde em meados do século passado se procedeu a trabalhos de pesquisa, houve pequenas descobertas e até produção, os esforços da Sonangol no bloco Norte não geraram des-

A Sonangol infelizmente não soube motivar as companhias estrangeiras que se inscreveram para o concurso dos Blocos onshore, o que deixa um grande desafio às companhias angolanas que foram indicadas como operadoras.

cobertas comerciais e os da Plus-petrol no Bloco Sul, apenas deram origem a pequenos campos.

A pesquisa que nos próximos anos se vai fazer em mais de uma dezena de blocos, espalhados pela Bacia do Congo e do Kwanza poderá dar indicação do potencial que temos em terra, mas para já tudo aconselha a que sejamos cautelosos, até porque a FINA Petróleos fez no tempo colonial dezenas de furos nas duas bacias e todas as reservas encontradas somadas equivalem a um grande campo como o PACASSA, no Bloco 3.

É verdade que hoje há meios tecnológicos muito mais sofisticados – de sísmica – para encontrar petróleo e para aumentar as taxas de recuperação nos campos – com furos horizontais ou multilaterais e injeção de água ou gás – para níveis superiores a 50% do total do reservatório, mas

por enquanto não devemos atribuir ao onshore um potencial que possa vir a alterar a nossa riqueza petrolífera global já provada, nem impedir a redução da nossa produção futura, para não termos depois decepções.

Isto não quer dizer que não se vão descobrir vários campos pequenos, entre os 5 e os 30 milhões de barris de reservas, volumes que bem produzidos podem gerar a consolidação no país de várias companhias de petróleo nacionais.

Quando uma das muitas companhias angolanas, das que agora vão iniciar as suas operações, descobrir um grande campo – digamos com mais de 100 milhões de barris de reservas – então nessa altura o potencial em terra será com certeza melhor estudado porque mais companhias, nomeadamente estrangeiras, se interessarão pela área.

O facto de não ter havido companhias estrangeiras a concorrer para o onshore – o que é pena pois algumas poderiam ajudar com a sua capacidade técnica a melhorar os conhecimentos sobre as Bacias – não é só devido aos baixos preços do barril, tem também a ver, entre outros, com a ausência de admissão de potencial apreciável nos blocos postos a concurso.

A Sonangol infelizmente não soube motivar as companhias estrangeiras que se inscreveram para o concurso dos Blocos onshore, o que deixa um grande desafio às companhias angolanas que, sem experiência, foram indicadas como operadoras, situação em que estão várias! Daqui a uns anos vamos ter oportunidade de constatar quais foram as empresas nacionais que ganharam o enorme desafio que têm pela frente.



método de extração de petróleo mais antigo do mundo.

O primeiro país a refinar petróleo foi a Escócia e o primeiro a utilizá-lo para fins comerciais foi o Azerbaijão. As explicações técnicas disponíveis, salientam que o processo de extração no onshore é realizado em poços, constituído

por furos de 5 a 36 polegadas de diâmetro, executados na superfície da terra, que a perfuram até atingir a bolsa petrolífera.

A integridade estrutural, no entanto, “é assegurada pela introdução de um tubo de aço no furo. São executados mais alguns furos na base do poço para permitir que

o petróleo passe no furo de extração”. Existem válvulas no topo do poço, denominadas ‘Christmas Tree’, para regulação da pressão e controle dos fluxos.

Segundo ainda detalhes técnicos, “a pressão natural existente no reservatório é suficientemente elevada, na maioria dos poços, para

que o petróleo flua para a superfície, apenas devido às diferenças de pressão”.

Porém, não acontece sempre, especialmente em campos relativamente esgotados, em que as pressões já se encontram muito baixas ou em reservatórios de baixa permeabilidade. “Neste

caso, a introdução de um tubo de menor diâmetro pode ser suficiente”, advogam os entendidos na matéria.

A partir de certa taxa de esgotamento do campo petrolífero terão que ser utilizadas tecnologias de elevação artificial, denominadas ‘secondary recovery’.

Observatório

EXPLORAÇÃO AFECTA A NATUREZA

‘Offshore’ mais perigoso para o ambiente

IMPACTO AMBIENTAL. Os perigos obrigam empresas a apresentar estudos. Mas nem sempre são eficazes. A exploração petrolífera é sempre um risco para pessoas, animais e plantas.

Por Emídio Fernando

Todos os resíduos lançados para o ambiente e que este não possa processar, sejam sólidos, líquidos ou emissões atmosféricas, são considerados poluidores. É com este prisma que ambientalistas e investigadores determinam que a extracção petrolífera e a manipulação do petróleo constituem “perigos” para a natureza, degradando-a em diferentes níveis: solo, água, ar e todos os seres vivos. Apesar dos avanços tecnológicos, as técnicas e equipamentos utilizados pela indústria petrolífera ainda são considerados

primários e potencialmente destruidores do ambiente. As maiores contaminadoras são as plataformas marítimas, que, além de prejudicarem pescadores, comunidades costeiras, o turismo e a economia, podem contaminar praias e animais marinhos.

Daí que cada empresa exploradora tenha de obedecer a regras, nacionais e internacionais. Aqui entram os estudos de impacto ambiental que as obriga a assumir compromissos que possam minimizar os efeitos sobre a natureza.

Na exploração offshore, com a poluição hídrica, as consequências negativas mais significativas atingem a água do mar, podendo torná-la numa fonte de doenças, afectando o abastecimento industrial, irrigação, pesca, recreação e elevação do seu custo. Na exploração ‘onshore’ é

usada água, que permite a extracção do petróleo e que se espalha pelas camadas do subsolo terrestre. Esta água contém alta salinidade, partículas de óleo em suspensão, produtos químicos adicionados nos diversos processos de produção, metais pesados e, por vezes, radioactividade.

Além da exploração, o transporte e a refinação do petróleo acarretam outros perigos como derramamentos, desmatamento e impacto sobre ecossistemas marinhos e terrestres, poluição de praias, águas oceânicas, rios e ar.

Por outro lado, os impactos mesmo a nível ambiental também podem ser positivos, reflectindo-se sobretudo na questão económica, com as receitas tributárias e um aumento no dinamismo das economias locais e projectos com preocupação de manutenção ambiental.

Daí que os estudos tenham também em conta uma análise cuidadosa de todas as variáveis.

Ao longo da história, desde o primeiro furo nos EUA em 1859, que a extracção do petróleo entrou em conflito com o ambiente. Em ‘offshore’, há sucessivos relatos de contaminação de praias e costas, em que o petróleo atinge a areia, reproduzindo rapidamente bactérias e fungos.

No entanto, os registos indicam que o maior índice de acidentes ocorre durante o transporte tanto por via marítima, como terrestre. Em 1989, o supertanque da Exxon Valdez, que carregava 53 milhões de barris, embateu num iceberg no Alasca e despejou 11 milhões de barris de petróleo no mar que contaminaram a grande maioria da costa marítima do Alasca. Hoje só peque-

nos trechos de praia sobrevivem.

Centenas de milhar de aves marítimas, milhares de leões marinhos e lontras deram à costa 22 baleias mortas e 250 águias também morreram ao lado de uma flora marinha incontável.

Desde 1970, devido à melhoria das condições tecnológicas, o número de acidentes tem diminuído. Um deles ocorreu em Angola em Maio de 1991, quando a explosão de um petroleiro da Libéria provocou a morte a cinco membros da tripulação e provocou um derrame de 260 mil toneladas de crude.

Os sucessivos ‘ataques’ ao ambiente levaram os governos a exigir das empresas petrolíferas a realização de projetos de responsabilidade social, a criação de polícias de ambiente e de apoio nas comunidades onde exploram o petróleo.



Animais ainda aparecem mumificados vítimas de derrames de crude

Os maiores campos onshore de petróleo no mundo

Dos 10 maiores campos de petróleo onshore no mundo, oito estão situados no Médio Oriente. Os outros dois estão situados nos Estados Unidos da América (EUA) e na Venezuela.



1	2	3	4
GHAWAR Arábia Saudita	SPRABERRY/WOLFCAMP Estados Unidos da América	GREATER BURGAN Kuwait	CARABOBO 1 Venezuela
Data de descoberta: 1948	Data de descoberta: 1949	Data de descoberta: 1938	Data de descoberta: n/d
Início de produção: 1951	Início de produção: n/d	Início de produção: 1946	Início de produção: 2013
Operador: Saudi Aramco	Operador: Pioneer Natural Resources	Operador: Kuwait Oil Company	Operador: Petrocarabobo
Capacid.produção/dia: 5 milhões de barris	Capacid.produção/dia: n/d	Capacid.produção/dia: 1,3 milhões de barris	Capacid.produção/dia: 5 milhões de barris

30

CONTINENTE AFRICANO conta com a presença de 30 das maiores companhias de exploração petrolífera do mundo. Em 2015 o continente produziu cerca de 9% do petróleo a circular no mercado mundial.

1.200

A CRISE MUNDIAL tem tido impactos no Texas, maior produtor de petróleo, gás natural, e derivados. Segundo a agência governamental de assistência a desempregados, mais de 1.200 trabalhadores foram demitidos.

Custo de produção do barril do petróleo por país

Angola encontra-se na tabela de cima, no grupo dos países com os preços mais elevados na produção do petróleo. Os custos operacionais elevados e os preços das tecnologias justificam que Angola apareça com os preços idênticos aos dos países mais ricos.



Reino Unido	52,50 dólares
Brasil	48,80 dólares
Canada	41,00 dólares
EUA	36,20 dólares
Noruega	36,10 dólares
Angola	35,40 dólares
Colômbia	35,30 dólares
Nigéria	31,60 dólares
China	29,90 dólares
México	29,10 dólares
Cazaquistão	27,80 dólares
Líbia	23,80 dólares
Argélia	23,50 dólares
Rússia	17,20 dólares
Irão	12,60 dólares
EA Unidos	52,50 dólares
Iraque	10,70 dólares
Arábia Saudita	9,90 dólares
Kuwait	8,50 dólares



Os maiores produtores em terra

Países como a Arábia Saudita, Estados Unidos da América, Kuwait e Irão lideram a lista de nações

que possuem os maiores campos petrolíferos 'onshore' do mundo, estatuto que lhes permite, de certo modo devido a mais baixos custos de produção, suportar o impacto negativo decorrente do preço baixo do petróleo.

De acordo com o portal Hydrocarbons Technology – especializado em pesquisas internacionais na área de petróleo e gás - de todos os campos actualmente existentes no mundo, o Ghawar, na Arábia Saudita, é considerado o maior.

Este 'onshore', segundo o portal, possui reservas de petróleo estimadas em 70 mil milhões de barris. Foi descoberto em 1948 e tem estado em produção desde 1951, integrando seis áreas principais de produção, nomeadamente Fazran, Ain Dar, Shedgum, Uthmaniyah, Haradh e Hawiyah.

O campo Ghawar já terá permitido a produção de mais de 60 mil milhões de barris de petróleo,

nos últimos 60 anos de operação e continua a produzir cerca de cinco milhões de barris de petróleo por dia. O campo é operado pela estatal Saudi Aramco, considerada como a maior empresa de petróleo e gás do mundo.

O segundo maior campo de petróleo em terra, o Spraberry/Wolfcamp, situa-se nos Estados Unidos da América, mais concretamente no Texas. Foi descoberto em 1949 e contém reservas de petróleo estimadas em 50 mil milhões de barris.

O campo é operado pela empresa Pioneer Natural Resources, também proprietária, e os recursos de petróleo e gás contidos nele são produzidos em profundidades que variam entre os 6.000 pés e os 11.000 pés de múltiplas formações, nomeadamente o Spraberry superior e inferior, Jo Moinho, Dene, tha Wolfcamp, Atoka, Strawn e o Mississippian.

Situado na região sudeste do deserto do Kuwait, o campo Greater Burgan é considerado o terceiro maior 'onshore' no mundo. Contém reservas provadas de petróleo estimadas em mais de 40 mil milhões de barris. Greater Burgan integra

três subcampos, nomeadamente o Burgan, Magwa e Ahmadi, que cobrem uma extensão de aproximadamente 1.000 km². Foi descoberto em 1938 e produz petróleo desde 1946. Operado pela subsidiária estatal Kuwait Petroleum Corporation, possui uma capacidade de produção diária que vai entre os 1,1 e os 1,3 milhões de barris. Da lista dos maiores campos petrolíferos em terra do mundo, destacados pela Hydrocarbons Technology, integram ainda Carabobo 1, na Venezuela, com reservas estimadas em 31 mil milhões de barris; o Khurais, na Arábia Saudita (25 mil milhões), e o Aghajari, no Irão, com reservas estimadas de petróleo de 17 mil milhões de barris. Diz a história que a utilização do petróleo data de 4.000 a.C. e, nessa altura, a sua extração acontecia somente em terra, sendo que a descoberta de petróleo no mar se deu entre no século XIX. Isso faz da extração 'onshore', o método de extração de petróleo mais antigo do mundo.

O primeiro país a refinar petróleo foi a Escócia e o primeiro a utilizá-lo para fins comerciais foi o Azerbaijão.

5 KHURAI	6 MARUN	7 WEST QURNA	8 AHWAZ	9 RUMAILA	10 AGHAJARI
Arábia Saudita	Irão	Iraque	Irão	Iraque	Irão
Data de descoberta: 1963	Data de descoberta: 1963	Data de descoberta: 1973	Data de descoberta: n/d	Data de descoberta: 1953	Data de descoberta: 1938
Início de produção: 2009	Início de produção: 1966	Início de produção: 2009	Início de produção: n/d	Início de produção: 2009	Início de produção: 1940
Operador: Saudi Aramco	Operador: National Iranian Oil Company	Operador: Exxon Mobil e Royal Dutch Shell	Operador: n/d	Operador: Consórcio*	Operador: National Iranian Oil Comp.
Capacid.produção/dia: 1,2 milhões de barris*	Capacid.produção/dia: 500 mil barris	Capacid.produção/dia: n/d	Capacid.produção/dia: 750 mil barris	Capacid.produção/dia: 1 milhão de barris	Capacid.produção/dia: 30 mil barris

Economia/Política

Possível revisão das receitas e despesas do Estado só no segundo semestre.



Manuel Tomás © AE

INFORMAÇÃO É CONFIRMADA POR FONTES OFICIAIS

Governo descarta revisão imediata do OGE

ORÇAMENTO DO ESTADO. Fontes governamentais explicam que o plano de cativação de despesas de investimentos não prioritárias e os sinais de recuperação do preço do petróleo são ‘almofada’ para deixar-se de lado, por enquanto, o cenário de alteração das referências do OGE.

Por Nelson Rodrigues

A pesar de o preço do barril do petróleo manter-se a uma média de cinco dólares abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral Estado (OGE) e das mais recentes previsões de organismos internacionais que revêem em baixa a

expansão da economia nacional, este ano, o Governo não admite para já a revisão do documento que programa as receitas e despesas públicas.

O ministro da Economia, Abrahão Gourgel, em declarações recentes à imprensa, anunciou que o Executivo pôs em marcha um amplo programa de cativação das despesas de investimentos, facto confirmado ao VALOR pelo consultor do ministro das Finanças, João Luís Nguimbi, que justifica a ‘manobra’ com a falta de recursos para o financiamento de algumas despesas. É por conta desse

mecanismo de cativação, segundo Nguimbi, que o Governo ainda não teve necessidade de ‘mexer’ no OGE, uma vez que várias despesas deixaram de ser realizadas, em benefício de gastos considerados “prioritários”, nomeadamente os que garantem o funcionamento dos serviços públicos e as despesas sociais como a saúde e educação. “O Governo está a proceder a cativações de certos projectos, aguardando oportunidades. Desde que haja recursos, depois ‘descativam-se’ esses projectos. Assim, o Governo não teve ainda necessidade de revisão [do orçamento]”, reafirma o consultor de Armando de Manuel.

A indisponibilidade do Governo de avançar com a revisão orçamental é avançada por outra fonte do Ministério da Economia que diz não haver ainda planos nesse sentido, arriscando o segundo semestre como a data provável. “Não há uma previsão de revisão orçamental. Se for para ser tomada essa decisão, vai ser no início do segundo semestre, porque a diferença do preço de petróleo

MEMORIZE

- **O Produto Interno Bruto (PIB)** vai crescer 2,5%, a taxa de inflação sobe para os 14,7% e o preço do barril do petróleo deve fixar-se nos 35 dólares, contra todas as projecções do Governo, indicam as recentes previsões da Fitch e da ‘The Economist’.

ainda não justifica uma mudança”, argumenta a fonte que pediu para não ser identificada. “O Ministério das Finanças está a fazer retenção de 40% das despesas, ou seja, em termos de segurança, 40% das despesas estão congeladas. São almofadas contra esse problema [da baixa no preço do petróleo]”, conclui.

A medida de cativação das despesas faz parte de um memorando do Ministério das Finanças, aprovado em Fevereiro pelo Conselho de Ministros. Na estratégia, foram definidas prioridades de investimentos e de aloca-

ção de fundos, para a manutenção da função pública, saúde e educação. À estratégia de cativação da despesa, somam-se as linhas mestras para saída da crise, outro argumento do Governo com vista a desviar os efeitos da baixa das receitas com origem na venda de petróleo. O plano prevê recolher, a breve prazo, receitas não petrolíferas, sobretudo, com o alargamento da base tributária e com o incentivo à exportação de produtos fora do sector extractivo.

PIB REVISTO EM BAIXA

A determinação do Executivo em manter as referências do OGE de 2016 é reafirmada numa altura em que três dos principais indicadores macroeconómicos inscritos no documento foram revistos em baixa. O Produto Interno Bruto (PIB) vai crescer 2,5%, a taxa de inflação sobe para os 14,7% e o preço do barril do petróleo deve fixar-se nos 35 dólares, contra todas as projecções do Governo, indicam as recentes previsões da Fitch e da ‘The Economist’.



A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS para a Agricultura e Alimentação (FAO) vai continuar a apoiar os programas de segurança alimentar do Governo angolano, nas regiões afectadas pela seca no sul. A garantia foi dada pelo representante da FAO em Angola, Mamoudu Diallo, no Lubango, Huíla.



EMPRESÁRIOS INDIANOS poderão investir no sector madeireiro, em Cabinda, no âmbito da extensão da cooperação entre Angola e Índia, avançou naquela província, o embaixador da Índia, em Angola, Sushil Singhal.

Revisão do OGE fora da agenda PIB, Inflação e Petróleo nos últimos 5 anos

ANGOLA (TABELA)

OGE/ANO	PIB REAL (%)	INFLAÇÃO (%)	PETRÓLEOS
2012	5,2	9,0	111,6 USD/bar
2013	6,8	7,7	100,5 USD/bar
2014	4,7	7,5	98,0 USD/bar
2015 (revisto)	6,6	9	40 USD/bar
2016	3,3	11-13	45 USD/bar

Fonte: relatório fundamentação OGE-2016



O petróleo nos últimos dez dias

A média do preço do petróleo dos últimos dez dias ficou nos 36,44 dólares. De 17 de a 31 de Março, o preço da venda do 'ouro negro' teve um comportamento quase estável, a variar entre 39 e os 41 dólares. Do dia 20 para frente, o valor manteve-se estável, com ligeiras oscilações abaixo de um dólar.

DATA	PREÇO/BAR
31.03	40.47 USD
30.03	39.26 USD
29.03	39.14 USD
28.03	40.27 USD
24.03	40.44 USD
23.03	40.47 USD
22.03	41.79 USD
21.03	41.54 USD
18.03	41.20 USD
17.03	41.54 USD

Fonte: Investing.com



Os 'exames' à economia angolana foram realizados de forma separada, mas divulgados na mesma semana (a passada). Pela avaliação da Fitch – agência de notação financeira – Angola vai crescer apenas 2,5% este ano, abrandando ainda mais face aos 3% que o país registou no ano passado, o valor mais baixo desde 2009.

Já a 'The Economist Intelligence Unit' (EIU) – revista de estudo financeiros britânica – dá ao país uma previsão de crescimento económico de 1,1%, seguindo-se a taxa de inflação e o preço do petróleo que deverão situar-se nos 14,7% e 35 dólares, respectivamente.

“O crescimento de Angola é ensombrado pela procura externa em abrandamento, perspectivas incertas na indústria do petróleo e fraco consumo interno”, explicam os analistas da Fitch, no que são acompanhados pelos técnicos da 'The Economist'.

“Dado que esperamos que o preço do petróleo fique nos 42,9 dólares, em média, em 2016, e os aumentos na

40%

Estimativa de contenção da despesa pública.

42,9

Dólares previsão do preço médio do barril do petróleo em 2016, pela 'The Economist'.

45

Dólares preço fiscal do barril do petróleo no OGE de 2016.

produção local vão manter-se abaixo das previsões oficiais, antecipamos agora que o crescimento abrande significativamente para 1,1%”, antevê a revista britânica.

Em causa está o plano orçamental do Governo que prevê um crescimento da riqueza interna em 3,3% e encaixe de receitas fiscais de 3.514,5 mil milhões Kwanzas, com a venda de petróleo ao preço de 45 dólares o barril. A taxa de inflação para o exercício de 2016 foi medida entre os 11 e 13%.

A manterem-se as previsões da agência Fitch e da revista britânica 'The Economist', aumenta a pressão sobre o Executivo para a apresentação de um programa de revisão do plano orçamental. Esta que é, aliás, a alternativa há muito aguardada e defendida por empresários e economistas.

O exercício económico para 2016 prevê receitas e despesas de 6.429,2 mil milhões de Kwanzas e um défice de 781,2 mil milhões kwanzas, correspondentes a 5,5% do fluxo global do Orçamento Geral do Estado corrente.

PARA EXPANSÃO DA REDE DE FIBRA ÓPTICA

BDA financia projecto de 109,7 milhões de dólares da Angola Cables



O dinheiro deve chegar à tesouraria da Angola Cables nos próximos dias e vai dar cobertura ao projecto de expansão do cabo submarino de fibra óptica que liga África ao Continente sul-americano.

Um acordo de financiamento bancário foi assinado, na semana passada, pelo Banco Desenvolvimento de Angola (BDA) e a operadora de telecomunicações Angola Cables. O tratado prevê um desembolso de 109,7 milhões de dólares do banco para pagar os custos com a ligação dos cabos submarinos de fibra óptica de Angola ao Brasil.

A disponibilidade financeira do BDA foi impulsionada por uma linha de crédito que o banco obteve do Banco de Cooperação Internacional do Japão (JBIC) e a Corporação Bancária Sumitomo Mitsui (SMBC). Também ajudou no acordo uma cobertura da Seguradora Oficial de Crédito à Exportação do Estado nipónico (NEXI).

Do lado de Angola, as operações foram suportadas por uma garantia soberana do Estado, como confirmou Manuel Neto da Costa, presidente do conselho de administração do banco financiado em 100% pelo Estado.

“Do nosso lado, tivemos também o apoio do Estado angolano, provendo garantia soberana para esta operação. É um ganho para o país, porque abre possibilidades de financiamento de investimentos privados, alavancados sobre fontes externas”, disse Manuel da Costa, em declarações aos jornalistas.

Para a Angola Cables, que deve

absorver o encaixe nos próximos dias, o propósito é oferecer a “mais moderna forma de comunicação” entre o continente africano e o sul-americano continentes, à velocidade da luz.

“Pretendemos conectar pessoas, empresas e instituições de forma rápida, sustentável e eficaz”, afirmou António Nunes, CEO da operadora, ao discursar na cerimónia de assinatura do contrato, no Ministério das Finanças.

Também designado por contrato de financiamento South Atlantic Cable System (SACS), a empreitada será a primeira a ligar o Atlântico Sul entre África e América do sul, num processo que pode levar entre 21 e 24 meses de implementação.

“Este projecto é um dos pilares de infraestruturas da rede de empresas, portanto, é um acto muito importante para nós”, salienta António Nunes, que antevê que o desenvolvimento do projecto “proporcionará a todo continente africano ligações directas ao Brasil e às Américas, suportando o ecossistema da internet da região”.

O projecto SACS é um sistema de cabos submarinos de fibra óptica que Luanda à Fortaleza (Brasil), com a capacidade teórica de 40 Tbps, a uma distância de cerca de 600 km. São accionistas da Angola Cables a Angola Telecom, a Unitel, a Mercury Services Telcom (MSTelcom), a Movitel e a Startel.

Economia/Política



2 HABITAÇÃO

45 mil de diferentes tipologias, entre 2011 a 2015

70%
FAMÍLIAS COM HABITAÇÃO PRÓPRIA

NÚMERO DE HABITAÇÕES
5.544.834 residências

19%
FAMÍLIAS EM CASAS DE RENDA

6%
FAMÍLIAS EM CASAS COMPRADAS

Fonte: Censo Geral da População e Habitação 2014, Ministério Urbanismo

3 SAÚDE

O Sistema Nacional de Saúde e a Rede Sanitária está organizado em três níveis: Primário (postos de saúde, centros de saúde, centros materno-infantis, centros de saúde de referência e hospitais municipais); Secundário (hospitais gerais) e Terciário (hospitais centrais e especializados).

UNIDADES SANITÁRIAS CADASTRADAS | 2.356

UNIDADES FUNCIONAIS | 1.854

POSTOS DE SAÚDE | 1.305

CENTROS MATERNO-INFANTIS | 34

HOSPITAIS MUNICIPAIS | 146

HOSPITAIS GERAIS | 22

HOSPITAIS CENTRAIS | 20

UNIDADES DIVERSAS ENTRE SANATÓRIOS SEM TIPIFICAÇÃO | 36



PESSOAL QUALIFICADO

ENFERMEIROS | 33.105

TÉCNICOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPEUTAS | 6.253

MÉDICOS ANGOLANOS | 1.200

MÉDICOS ESTRANGEIROS | 1.700

Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012/2015

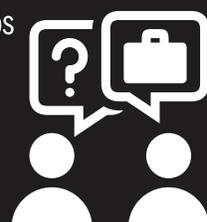
1 EMPREGO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA
7.182.631 cidadãos



POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA
13.592.528 cidadãos

POPULAÇÃO DESEMPREGADA
1.739.946 cidadãos



POPULAÇÃO EMPREGADA
5.442.685 cidadãos

Fonte: Censo Geral da População e Habitação 2014



O MINISTRO DA ECONOMIA, Abraão Gourgel, esteve em Cabinda com a classe empresarial local a avaliar as dificuldades dos 'homens de negócios'. O governante aconselhou os empresários a serem proactivos e a terem em consideração a crise económica, que é estrutural.



A MINISTRA DO URBANISMO E HABITAÇÃO, Branca do Espírito Santo, defendeu, em Luanda, o trabalho conjunto entre instituições "para o fortalecimento e coesão do sector imobiliário".

4 EDUCAÇÃO

TAXA DE ALFABETISMO | 66% 

POPULAÇÃO (5-18 ANOS) FORA DO SISTEMA DO ENSINO | 22%

POPULAÇÃO (18 ANOS OU MAIS) COM ENSINO SECUNDÁRIO | 13%

POPULAÇÃO (24 ANOS OU MAIS) COM FORMAÇÃO SUPERIOR | 2,5%



UNIVERSIDADES PÚBLICAS | 8

UNIVERSIDADES PRIVADAS | 10

INSTITUTOS E ESCOLAS SUPERIORES PÚBLICAS AUTÓNOMAS | 12

INSTITUTOS E ESCOLAS SUPERIORES PRIVADOS | 37

TRÊS ESPECIALISTAS COMENTAM RESULTADOS DO CENSO



PEDRO DE CASTRO MARIA

“É DIFÍCIL ACREDITAR”

O Embora os indicadores do Censo Populacional de 2014 revelem o aumento da esperança média de vida, o sociólogo Pedro de Castro Maria coloca algumas reservas a esses dados, face à elevada taxa de mortalidade, sobretudo, a infantil. “Tenho alguma reserva quanto a esse número, porque a mortalidade infantil em Angola é muito alta. Estão a morrer muito jovens com surtos epidémicos, por isso fica difícil acreditar e vamos constatar com fontes independentes”, observou.

O sociólogo elege uma série de desafios que devem ser ultrapassados no panorama social e económico. A aposta numa educação de qualidade, na saúde e na agricultura “é determinante” para a geração de emprego em massa, “que criam riqueza e combatem a fome e a miséria, além da contínua aposta na habitação”.

A presença de elevada fagulha de população jovem, explica o académico, é razão para se traçar políticas viradas para este segmento, “com realce para a formação profissional, académica, emprego”, alegando que a inexistência de oportunidades pode resultar em grandes dissabores, incluindo convulsões sociais.



CARLOS GOMES

“FERRAMENTA ÚTIL”

O Presidente da Associação dos Economistas de Angola (AEA), Carlos Gomes, declara que os resultados definitivos do Censo constituem “uma ferramenta importante e necessária” e têm multiplicidade de aplicações na programação e gestão macroeconómica que consiste em prever, prevenir, e mitigar a ocorrência de efeitos que possam inviabilizar políticas”.

Para o economista o facto de Angola contar com uma força activa de mais de 13 milhões de pessoas demanda do Estado aposta na formação média, técnico profissional e superior diferenciada, para garantir “emprego com eficiência” e atender as necessidades do país em cada momento. “O emprego deriva do investimento no homem, investimento em projectos estruturantes, investimento em competências de gestão responsável”.

O economista acredita que, para criar condições de saúde, habitação, emprego e educação para mais de 65% da população dos 0 aos 24 há que combinar capital humano, recursos naturais, tecnologia, e conhecimento.



JOÃO LUKOKI

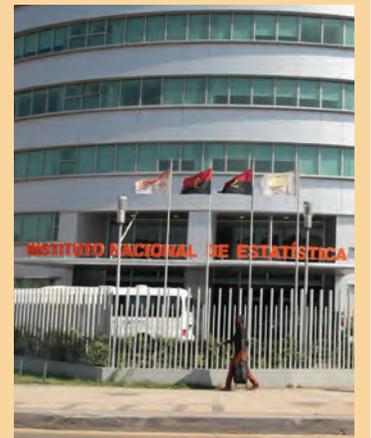
“DADOS FIÁVEIS”

A divulgação resultado gerais do Censo Geral da População e habitação deve colocar fim ao improvisado no planeamento e organização de acções políticas de desenvolvimento, porque o Governo passa a trabalhar com os dados disponíveis e fiáveis, considerou o demógrafo e professor universitário João Lucombo.

O demógrafo enfatizou que o censo constitui um instrumento muito útil para a redução das assimetrias de desenvolvimento e “sua divulgação veio confirmar a desigual distribuição da população”.

A província de Luanda continuar a concentrar mais 40 por cento da população, enquanto quatro ou três capitais de províncias, em termos de local urbano, Huambo, Huila, Sumbe, Uíge e Benguela concentram cada uma mais de um milhão de habitantes.

Paradoxalmente, nota que as províncias de maior dimensão geográfica são aquelas que têm menos densidade populacional. Aponta o exemplo, do Moxico e Kuando-Kubango, que detém imensos recursos naturais, terras aráveis, hidrografia, mas são despovoados. “Não têm uma população para explorar este recursos, devido à forte concentração no litoral”, analisa.



Censo com pouco consenso

Os resultados definitivos do Censo Geral da População e Habitação 2014, divulgados em Março, continuam a dividir opiniões entre especialistas de várias áreas que estudam o fenómeno populacional.

Os dados determinam a população angolana em mais de 25 milhões de habitantes, com a esperança de vida fixada nos 60,2 anos. As mulheres são em maioria, com 52%, ao passo que que o segmento da população activa representa 13 milhões de habitantes.

Os especialistas divergem, particularmente, quanto à esperança de vida, com Pedro Castro Maria a colocar reservas, sobretudo, pelo elevada taxa de mortalidade infantil. Além disso, o sociólogo (ver caixa) questiona também o facto de 70% da população ter habitação própria, mas admite que os dados “por serem oficiais têm de ser respeitados”, sendo passíveis de comprovação junto de fontes independentes. Outra perspectiva tem o demógrafo João Lucombo que pensa que, doravante, as autoridades passam a ter uma ferramenta útil para a elaboração de políticas de desenvolvimento, acreditando na fiabilidade dos dados divulgados pelo INE, dois anos após a conclusão do estudo.

Carlos Gomes, da Associação dos Economistas de Angola, concorda com o demógrafo, alertado para a necessidade de uma aposta na formação técnico-profissional e superior diferenciada, “para garantir emprego com eficiência”.

Mercado & Finanças

REACENDE CONFLITO NA ZONA DE INTERESSE COMUM

RDC cobra 500 milhões USD à Sonangol

PETRÓLEO. A República Democrática do Congo “cancelou” a sua permanência da Zona de Interesse Comum (ZIC), mecanismo que previa a prospecção, exploração e produção de crude zona marítima dos dois países em protesto com a medida “unilateral” angolana de conceder à petrolífera Chevron parte da área sem a consultar.

Por Kambinja Mendes

O mais recente diferendo foi despoletado por um decreto presidencial de 02/12/2015, que concede à Chevron direitos

de exploração dos campos petrolíferos “Menongue e Negage” (as zonas petrolíferas no Zaire e Cabinda têm nomes de cidades angolanas), segundo um ‘e-mail’ interno a circular entre empresas petrolíferas internacionais.

Os blocos de crude estão situados no rico filão da Zona de Interesse Comum (Common Interest Zone, em Inglês) com reservas estimadas em mais de 200 milhões de barris.

Para desenvolver os campos, a Sonangol decidiu “resolver todos os problemas” visíveis e previsíveis de uma só vez, antecipando, em 2014, um pagamento de USD 150 milhões à Nesserger, uma pequena empresa privada sediada no Gibraltar, então única detentora de contrato com Kinshasa para a exploração de um bloco.

A RDC discorda e quer mais. O país vizinho exige uma indemnização de 500 milhões de dólares por, segundo eles, a Sonangol ter concedido a área à Chevron “sem a sua (da RDC) permissão e sem propor uma compensação”. Essa posição foi manifestada pelo ministro de hidrocarbonetos e gás, Aime Ngoy Mukena, numa carta datada de 16/02/2016, endereçada ao seu homólogo angolano, José Maria Botelho de Vasconcelos, de acordo com os vários ‘e-mails’ internos.

Em resposta, altos funcionários angolanos dizem ter “sempre” dito aos congolezes que os campos “Menongue e Negage” estavam excluídos da CIZ. Mas Kinshasa refuta que a exploração dos campos é contrária ao espírito do acordo rubricado entre as partes.

A Chevron é assim apanhada no meio de uma ‘briga’ que não é a sua e a CIZ encontra-se no impasse legal. O que fazer das jazidas de crude já descobertas? Criada em 2007, sob iniciativa de Angola, a Zona visava “acalmar” as reclamações congolezas sobre áreas marítimas actualmente exploradas por Angola. O abandono da CIZ equivale ao abandono dessas reclamações, comenta-se nos ‘e-mails’.

Mukena, o ministro congolês, propõe negociar uma “nova CIZ” até ao

2007

Ano de criação da Zona de Interesse Comum entre Angola e a RDC.

150

Milhões de dólares, valor pago pela Sonangol à Nesserger em 2014.

final de Julho, mas desconhece-se, desde já, a posição oficial de Angola. O porta-voz da Sonangol, Mateus Cristóvão, de férias, prometeu encaminhar o assunto. A Chevron responderia “o mais cedo possível”, o que não aconteceu antes do fecho do Jornal.

PURGA EM KINSHASA

O ‘reaquecer’ das relações sempre ‘nervosas’ entre os dois vizinhos acontece depois de o presidente Joseph Kabila ter demitido altos funcionários antes envolvidos



Joseph Kabila,
presidente
da RDC

Breve disputas entre Angola vs RDC

Em princípios de Março, as autoridades congolezes iniciaram, unilateralmente, a cobrança de USD 9.700 a cada camião angolano que transitasse sobre o seu território para Cabinda. Analistas dizem essa ser uma “retaliação” ao facto de Luanda ter proibido as reexportações de produtos alimentares devido à escassez de bens no país. A República Democrática do Congo era o principal beneficiário das reexportações.

nas negociações da CIZ. Caíram todos os que eram tidos como “pró angolanos”, entre os quais Crispin Atama, transferido de ministro de hidrocarbonetos para o da defesa, Gustave Beya Siku, de secretário pessoal do presidente para embaixador em Luanda e Jean Muganza, ex-conselheiro jurídico no ministério de hidrocarbonetos, que serviu três ministros durante 10 anos. Era tido como o “verdadeiro ministro”, dada a influência que exercia. Casado com a cunhada de Beya Siku,

o secretário do presidente, tinha acesso directo ao ouvido do chefe.

Analistas acreditam que o “máximo” que Kabila pode fazer é exigir a renegociação da fronteira comum marítima, o que levaria os blocos 14 (operado pela Chevron) e bloco 15 (ExxonMobil) dentro do território congolês. Mas duvida-se que “se atreva a tanto”, afinal Kabila chegou ao poder “graças” a Angola e quer a organização eleitoral no seu país quer a sua segurança pessoal continuam dependentes de Luanda.



O EX-VICE-PRESIDENTE do banco português Banif, Joaquim Marques dos Santos, afirmou, na semana passada, “desconhecer quaisquer transações entre o banco e o Estado angolano”, durante um inquérito do parlamento português que investiga o processo de resolução da instituição após dificuldades de tesouraria.



A DÍVIDA PÚBLICA colocada semanalmente pelo Banco Nacional de Angola (BNA) voltou a cair, desta vez 43%, para 28,1 mil milhões kwanzas (175,4 milhões USD), em títulos de tesouro, cujos juros se aproximam dos 18%, indicam dados do banco central.

NOVA TAXA BANCÁRIA DE 0,1% ALÉM DA VENDA DE DIVISAS

Impostos chegam aos empréstimos

TRIBUTAÇÃO. A nova taxa sobre as operações bancárias vai abranger as operações de crédito. Quem pedir dinheiro ao banco arrisca-se a pagar mais além dos juros aplicados ao tipo de crédito. São ainda taxadas a compra e venda de divisas e os levantamentos dos depósitos.

1,17

Milhões de dólares, valor estimado que o Tesouro arrecadaria com a aplicação do imposto em Dezembro de 2015.



Taxa entrou em vigor em Fevereiro último.

Por Nelson Rodrigues

Os créditos bancários e o pagamento de bens e serviços por via bancária passam a pagar uma taxa de 0,1%, de acordo com o decreto presidencial nº1/16, de 24 de Fevereiro que aprova o regime jurídico das contribuições especiais.

A medida constava das estratégias de arrecadação de receitas não petrolíferas para financiar o Orçamento Geral do Estado (OGE) – 2016,

mas só foi regulamentada na última semana de Fevereiro.

Ao VALOR, o administrador da Administração Geral Tributária (AGT), Gilberto Luther, explica que o regulamento prevê taxar, entre outros, as operações de compra e venda de divisas, liquidação ou pagamento de quaisquer créditos por instituição financeira bancária e qualquer outra forma de movimentação ou transmissão de valores e de créditos, além dos direitos de natureza financeira.

“A compra e venda de divisa, por ser uma operação realizada pelas instituições financeiras bancárias, nos termos da legislação aplicável, estão também abrangidas pela inci-

dência desta contribuição. E entendemos que esta contribuição deverá apresentar um impacto ou alteração muito reduzida nestas últimas operações”, explica o responsável, contactado por e-mail.

A publicação do regulamento apanhou de surpresa os operadores económicos, desde as famílias às empresas. Um facto que mereceu reacção dos economistas. Pelas contas do economista Emílio Londa, se o imposto fosse aplicado em Dezembro de 2015, o Tesouro teria arrecadado cerca de 1,17 milhões de dólares, a olhar para os 1.176 milhões de dólares vendidos pelo Banco Nacional de Angola em Março.

“(…) Assumindo que este valor é uma boa amostra para o resto do ano, então o Tesouro poderia arrecadar mais de 13,0 milhões de dólares ao longo de um ano”, calcula Londa, com base aos últimos dados dos leilões do banco central.

TAXA MAIS ABRANGENTE

A AGT explica que a aplicação da nova taxa bancária vai além da compra e venda de divisas. “A contribuição especial sobre as operações bancárias incide sobre determinadas operações e movimentações bancárias e financeiras, e não só sobre a compra e venda de divisas”, sublinhou Gilberto Luther.

Esta é a segunda ‘inovação fiscal’ desde que o país enfrenta a crise do preço do petróleo. O processo inicia com o OGE 2015 revisto, que previa a criação de um imposto especial sobre as transferências de dinheiro para fora do país, precisamente para pagamento de serviços.

A medida prosseguiu neste ano no OGE corrente, com a criação de outra taxa especial, desta vez a incidir sobre as operações bancárias diversas, desde levantamentos a solicitação de empréstimos bancários. A taxa entrou em vigor a 24 de Fevereiro passado, com a publicação em Diário da República.

INFLUENCIADO PELAS OSCILAÇÕES CAMBIAIS

Taxa básica de juros fixada em 14%

O Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu elevar a taxa de juro básica para 14%, um avanço de dois pontos percentuais (pp) contra a última mexida de Janeiro, fixada nos 12%, de acordo com números do banco central, saídos da última reunião do seu Comité de Política Monetária, realizada na semana passada.

De acordo com o BNA, a alteração da taxa básica – também designada de ‘Taxa BNA’ –

foi “influenciada essencialmente pelo ajustamento dos preços administrados e pela variação da taxa de câmbio”.

A taxa básica de juro de referência indica a orientação da política monetária e serve de referência para as demais taxas do mercado interbancário. Uma subida dessa taxa indica um curso mais restritivo da política monetária, em que, por exemplo, o banco central prevê um cenário de aumento geral dos preços, no curto prazo, de acordo com o quadro operacional do BNA.

Evolução da taxa BNA

Jan-15	9,00%	Jan-16	12,00%
Fev-15	9,00%	Fev-16	12,00%
Mar-15	9,25%	Mar-16	14,00%
Abr-15	9,25%		
Ma-15	9,25%		
Jun-15	9,75%		
Jul-15	10,25%		
Ago-15	10,50%		
Set-15	10,50%		
Out-15	10,50%		
Nov-15	10,50%		
Dez-15	11,00%		

Fonte: BNA

Com o aumento de 2 pp da taxa básica, os empréstimos bancários ficam mais caros, por influência da Taxa BNA, que serve de referência às taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais nas operações de crédito.

A taxa de Juro da facilidade permanente de cedência de liquidez também sofreu um aumento em igual escala. Ou seja, o banco central apertou em 2 pp as facilidades com que os bancos comerciais pedem dinheiro ao BNA para reposição de liquidez, ao sair de 14% para 16% ao ano. Já para as facilidades de absorção de liquidez a sete dias passou 1,75% para 2,25% ao ano.

Mercado & Finanças

PARA MANTER EMPRESAS E EVITAR DESPEDIMENTOS

Brasileiros pedem conversão entre kwanza e real

ACORDO. A escassez de dólar continua a 'asfixiar' os privados. Os brasileiros não escapam à crise que já atrasou, por mais de seis meses, pagamentos a fornecedores. Um acordo de conversão monetária entre kwanza e o real pode ajudar a manter os negócios.

Por Nelson Rodrigues

Uma proposta de conversão monetária entre o kwanza e real (dinheiro do Brasil) foi apresentada, na semana passada, pela Associação das Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social do Brasil (BNDES), que deve fazer chegar ao Governo, revelou ao VE o presidente da AEBRAN, Cleber Corrêa.

A proposta faz parte das iniciativas desenvolvidas pela AEBRAN na busca de soluções para as empresas brasileiras que actuam em Angola e tem como objectivo enfrentar a escassez de divisas, seja para transferências de dividendos, seja de pagamento a fornecedores. "Foi uma proposta que tem de

ser negociada entre os dois governos, já que o BNDES, como um banco estatal, não tem autonomia para negociar. É assunto de governo para governo. A proposta será levada a Brasília, depois, inicia-se algo", antevê o líder associativo que prevê ajudar 66 empresas associadas e outras não registadas.

A proposta da AEBRAN sugere que as duas moedas sejam convertíveis. Ou seja, que o kwanza seja aceite no Brasil e o real em Angola. Esta possibilidade, no entender de Cleber Corrêa, vai facilitar as relações de negócios, e a aproximação a vários níveis entre os dois Estados.

PAGAR COM PETRÓLEO

Das propostas apresentadas para enfrentar a crise, foi ainda apontada a possibilidade da utilização da conta-petróleo, criada há quatro anos entre os dois governos, como via de mitigação da crise. Ou seja, Angola assinou um acordo com o governo brasileiro, em que tinha de receber dois mil milhões de dólares do Brasil, para a

66

Empresas brasileiras estão associadas na AEBRAN

90%

Despedimentos nas empresas associadas da AEBRAN

compra de bens e serviços. Angola comprometia-se a manter um saldo em 'conta-garantia' (também chamada de 'conta petróleo') no Banco do Brasil (BB), equivalente a 20 mil barris de petróleo/dia.

"O objectivo é fazermos que as empresas brasileiras ou tenham apoio do Estado brasileiro na conversão de



kwanzas para reais, ou que seja feito um acordo com o Governo angolano, para que parte da 'conta-petróleo' sirva para apoiar essas empresas, sugerem os associados da AEBRAN, que temem perder negócios em Angola.

Os empresários brasileiros já têm estratégia e vêem no acordo de conversão monetária uma válvula de escape para a crise, que já forçou o despedimento de 90% da força de trabalho da maioria das empresas associadas da AEBRAN.

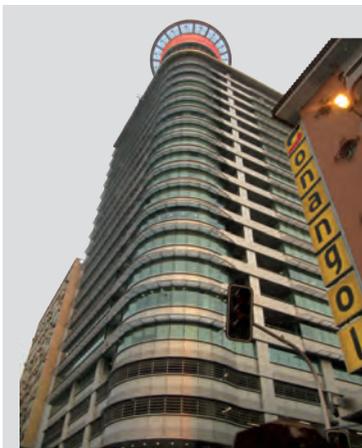
Dados da entidade revelam que grande parte das empresas brasileiras está a paralisar e outras já apresentaram a possibilidade de deixar o país. As que restam "só estão a manter escritórios de representação, porque têm valores a receber do Estado", resume o 'patrão' dos investidores brasileiros em Angola.

FUGA DE QUADROS

Entre as preocupações apresentadas pela AEBRAN, sobressai ainda um alerta para a possibilidade de, com a

pressão da crise, estar-se a perder um número considerável de altos quadros da construção civil brasileira, uma situação que Cleber Correa designou por "fuga intelectual". "A fuga de profissionais brasileiros é muito grave. Quando um funcionário vai embora, leva consigo um conjunto de informações directamente ligadas às actividades que desempenhava. Mesmo a troca desse profissional por outro não resulta, pois um trabalho fica interrompido", alerta o empresário, antevendo próximas 'deserções'.

AEBRAN enumera factores como língua e a proximidade cultural entre os elementos que estreitam a relação Angola-Brasil, além de o Brasil ser, na opinião do gestor, "o melhor parceiro tecnológico de Angola, na área de agricultura e pecuária". "Um tratamento diferenciado deveria ser dado às empresas brasileiras, no sentido dessas não sucumbirem, por exemplo, em detrimento das chinesas", rematou o empresário, que pede celeridade no processo.



Millennium BCP sem dinheiro da Sonangol

O aviso da Sonangol em concentrar os esforços na sua actividade principal (exploração petrolífera) pode deixar o Millennium BCP sem o apoio financeiro da petrolífera estatal, de acordo com o jornal luso 'Negócios', que aponta a desvalorização do preço do petróleo e suas consequências na economia angolana, como razão dessa possibilidade.

O grupo Sonangol detém 17,84% do BCP, a maior fatia das participações qualificadas daquele banco português, e já anunciou que vai concentrar-se no seu 'core business'.



Dono da Cosal entra no BNI

O empresário Jaime Freitas, que detém a Cosal, um dos principais grupos privados em Angola, comprou 3,25% do capital do Banco de Negócios Internacional Europa (BNI Europa). Esta instituição, de capitais angolanos, abriu em Lisboa em 2014 e até agora tinha uma estrutura accionista igual à de Angola. O BNI controlava, até Dezembro do ano passado, 99,9% do banco que opera no mercado português, tendo aberto o seu capital a novos investidores, descendo a sua posição para 92,9%, com a entrada de Jaime Freitas.

A reforma tributária e a estratégia para saída crise



Gilberto Luther
Administrador
da AGT

É do conhecimento de todos que a queda do preço do petróleo no mercado internacional trouxe, como consequência, a desaceleração económica do País. Em resposta, foram reduzidas despesas públicas e o Executivo tem procurado encontrar medidas para “reaquecer” a economia.

Nesse sentido, durante o primeiro trimestre de 2016, foram aprovados importantes diplomas referentes à tributação, que visam o aumento e a eficácia da arrecadação de receitas fiscais não petrolíferas para o Estado, designadamente o Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/16, de 24 de Fevereiro, que Aprova o Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias, e o Decreto Executivo n.º 111/16, de 01 de Março, que Atribui Competências à AGT para a Elaboração e Envio Trimestral da Lista de Contribuintes Faltosos.

Estas medidas de natureza fiscal têm suscitado, de forma equívoca, a ideia de que, para a saída da crise, o Executivo tem procurado implementar medidas fiscais que aumentam a carga tributária dos contribuintes. Esclarecemos, desde já, que este raciocínio não está correcto e que as medidas que o Executivo tem vindo a adoptar para a saída da crise não assentam no aumento da carga fiscal dos contribuintes.

As estratégias do Governo para a saída da crise constam do Decreto Presidencial n.º 40/16, de 24 de Fevereiro. Como se pode observar neste diploma, de entre as medidas que o Executivo criou para a saída da crise, não consta nenhuma que se prenda com o agravamento da carga fiscal para os contribuintes.

O aumento da receita fiscal não petrolífera tem vindo a acontecer desde a criação do PERT em 2010. As medidas constantes das Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 50/11, de 11 de Março, deixam claro que o objectivo da reforma tributária é o melhoramento da eficácia

do conhecimento de todos que a queda do preço do petróleo no mercado internacional trouxe, como consequência, a desaceleração económica do País.

Em resposta, foram reduzidas despesas públicas e o Executivo tem procurado encontrar medidas para “reaquecer” a economia.

Nesse sentido, durante o primeiro trimestre de 2016, foram aprovados importantes diplomas referentes à tributação, que visam o aumento e a eficácia da arrecadação de receitas fiscais não petrolíferas para o Estado, designadamente o Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/16, de 24 de Fevereiro, que Aprova o Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias, e o Decreto Executivo n.º 111/16, de 01 de Março, que Atribui Competências à AGT para a Elaboração e Envio Trimestral da Lista de Contribuintes Faltosos.

Estas medidas de natureza fiscal têm suscitado, de forma equívoca, a ideia de que, para a saída da crise, o Executivo tem procurado implementar medidas fiscais que aumentam a carga tributária dos contribuintes. Esclarecemos, desde já, que este raciocínio não está correcto e que as medidas que o Executivo tem vindo a adoptar para a saída da crise não assentam no aumento da carga fiscal dos contribuintes.

As estratégias do Governo para a saída da crise constam do Decreto Presidencial n.º 40/16, de 24 de Fevereiro. Como se pode observar neste diploma, de entre as medidas que o Executivo criou para a saída da crise, não consta nenhuma que se prenda com o agravamento da carga fiscal para os contribuintes.

O aumento da receita fiscal não petrolífera tem vindo a acontecer desde a criação do PERT em 2010. As medidas constantes das Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 50/11, de 11 de Março, deixam claro que o objectivo da reforma tributária é o melhoramento da eficácia



e eficiência na arrecadação das receitas não petrolíferas.

No espírito da Reforma Tributária, foi aprovado o Decreto Presidencial n.º 66/11, com as medidas de controlo de contribuintes em circunstância de irregularidade reiterada, sendo que o Decreto Executivo n.º 111/16 vem apenas estabelecer procedimentos para a sua boa execução.

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/16, ou se preferirmos o OGE, não vem criar um imposto específico para a compra e venda de divisas, como tem sido divulgado erroneamente por alguma imprensa angolana e internacional. Incumbe-nos pois clarificar que este diploma cria uma contribuição especial com uma taxa de 0,1%, cuja incidência abrange um conjunto amplo de operações bancárias que não se circunscreve apenas à compra e venda de divisas.

O grande mérito deste imposto indirecto é que a sua taxa é de tal modo baixa que o seu efeito no contribuinte é insignificante, mas a abrangência permite alguma receita para o Estado.

Embora o País esteja a atravessar um momento difícil na sua economia, a Reforma Tributária deverá prosseguir. Esta reforma não visa aumentar a carga fiscal dos contribuintes, pelo contrário, tem como grande escopo o alargamento da base tributária, o melhoramento da eficácia na administração dos impostos e, inclusive, a

Esta reforma não visa aumentar a carga fiscal dos contribuintes, pelo contrário, tem como grande escopo o alargamento da base tributária, o melhoramento da eficácia na administração dos impostos e, inclusive, a redução da carga tributária

redução da carga tributária, tal como, aliás, se verificou com a redução da taxa do Imposto Industrial.

As medidas que têm sido implementadas, respeitantes à tributação não petrolífera, não são medidas motivadas pela crise actual, mas sim medidas programadas no âmbito da Reforma Tributária em curso, cujos pilares assentam no aumento da garantia dos contribuintes, no melhoramento dos sistemas informáticos, na aproximação da Administração Tributária aos contribuintes, mas também na sensibilização sobre a importância do pagamento de impostos bem como a criação de medidas condu-

centes ao pagamento de impostos por parte dos contribuintes faltosos.

Os impostos não serão agravados e, por isso, a carga fiscal dos contribuintes irá manter-se e até tender a baixar. Porém, o contribuinte incumprido penaliza quer o contribuinte cumpridor, quer toda a sociedade em geral. Por este motivo, a reforma tributária está a rever o sistema fiscal de modo a simplificar o processo e tornar eficiente a administração mediante novos mecanismos legais.

É com este propósito que se irá passar de impostos cedulares, como o Imposto Industrial, o Imposto sobre a Aplicação de Capitais, o Imposto sobre o Rendimento do Trabalho e o Imposto Predial Urbano, na vertente da renda, para impostos unificados e gerais, criando-se um único imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e um único imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. É também nesta perspectiva que, no curso evolutivo normal da Reforma, a seu tempo, se irá passar do Imposto de Consumo actual, que tem ainda, em certos casos, efeito cascata, sendo por isso mais oneroso para o consumidor final, para um imposto do tipo IVA.

O agravamento da carga tributária, por causa do actual momento de crise, é um falso diagnóstico. Não é intenção do Executivo prejudicar ainda mais a conta dos cidadãos e das empresas, pelo contrário. Todavia, a Reforma vai continuar e os contribuintes têm de cumprir com o seu papel e pagar os impostos devidos por lei.

A Administração Geral Tributária continuará a aperfeiçoar os mecanismos para reforçar as garantias dos contribuintes e tornar o procedimento e o processo tributários mais eficientes e eficazes. Todavia, é também função da Administração Tributária, em prol da paz social, do equilíbrio económico e da justiça tributária, garantir que os contribuintes faltosos cumpram o seu dever fiscal.

Este processo vai manter-se agora, que nos encontramos em momento de crise, e vai continuar depois de ultrapassarmos esta crise.

Empresas & Negócios

FORNECIMENTO DA GENERAL ELETRICS

PRODEL compra turbinas no valor de 300 milhões USD

ENERGIA ELÉCTRICA. Luanda pode ver melhorado o abastecimento de luz eléctrica nos próximos meses, com a instalação de seis novas centrais com capacidade de 25 megawatts cada uma.

Por Valdimiro Dias

A General Electric, um dos maiores conglomerados industriais do mundo, forneceu seis turbinas eléctricas, no valor de 300 milhões de dólares, à Empresa de Produção de Electricidade – PRODEL, revelou,

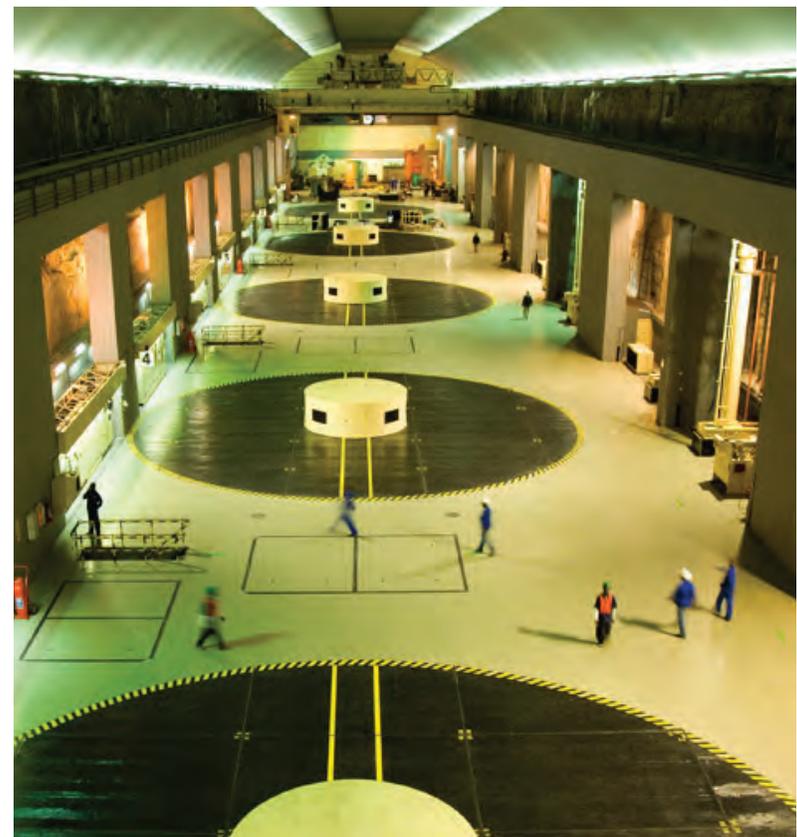
ao VALOR, Gonçalo Anacoreta, responsável pelas vendas da multinacional em Angola, que antecipa melhorias no fornecimento de luz eléctrica em Luanda.

Com capacidade agregada de 150 megawatt e potencial de fornecimento de luz eléctrica a mais de 600 mil residências, as seis turbinas – também designadas centrais sobre rodas – vão ser operadas inicialmente pela empresa egípcia El SewedyPower que, no prazo de um ano, vai transferir as unidas para o controlo angolano.

A venda surge do acordo assi-

nado entre a General Electric e o Ministério de Energia e Águas em que se assume um acréscimo de 2000 megawatts à capacidade actual de geração de energia, em Luanda, até finais de 2016.

Presente em Angola há 50 anos, a General Electric participa de outros projectos no sector da energia. O de maior destaque é o Ciclo Combinado do Soyo, um projecto avaliado em mil milhões de dólares e que prevê aumentar a produção energética do país em 1.2 gigawatts, no prazo de 18 meses. A participação da GE no consórcio



passa pelo fornecimento de equipamentos.

Nos transportes, o Governo assinou um acordo com a GE, através da sua subsidiária GE Transportation, que prevê o fornecimento de 100 locomotivas C30ACi, num contrato assinado com o Instituto Nacional dos Caminhos de Ferro Angola. O grupo norte-americano será ainda responsável pela formação do pessoal ferroviário e

pelo fornecimento de ferramentas e serviços diversos.

As outras áreas de actuação da GE em Angola passam pelo petróleo, com o fornecimento de equipamento de exploração em águas ultraprofundas; incluem o negócio da água e da saúde, também com o abastecimento de equipamentos, e aviação, com fornecimento de motores da Boeing, juntando um efectivo de 400 trabalhadores.

LUANDA MEDICAL CENTER ANUNCIA NOVOS PROJECTOS

Clínica prevê abrir mais unidades-satélite

SAÚDE. Apesar de se debater com a dificuldade na compra de medicamentos, a clínica vai arrancar com novos projectos.

Os responsáveis da Luanda Medical Center (LMC) admitem abrir outras unidades-satélite em Angola, mas reconhecem que os últimos meses têm passado “tremendas dificuldades” por causa da falta de medicamentos.

A clínica compra os fármacos aos importadores angolanos, mas o director-geral, Michael Averbukh, afirma que, por vezes, é “frustrante” fazer essas aquisições.

Mesmo com essas dificuldades, é com optimismo que a LMC encara os próximos passos em Angola: a abertura de clínicas-satélite e investimentos nas áreas da maternidade e neo-natal, no acompanhamento infantil e na expan-

são de técnicas e tecnologias para cirurgias. As novas clínicas devem abrir primeiro em Luanda, mas o projecto passa por inaugurar também unidades em Benguela, Huambo e Cabinda.

A clínica, que ocupa um prédio de 15 andares na baixa de Luanda, abriu em Fevereiro do ano passado e conseguiu garantir convénios com todas as companhias de seguro que operam em Angola e com algumas internacionais. Aliás, 70% dos clientes – como a própria clínica faz questão de se referir – provêm das seguradoras, os restantes são particulares ou de empresas.

A aposta nos serviços clínicos tem sido sobretudo nos tratamentos ambulatoriais e a custos “mais reduzidos do que as principais clínicas” da

75%

Corresponde os trabalhadores de nacionalidade angolana da Clínica.

15

Número de nacionalidades dos trabalhadores da LMC.

capital, sublinha Michael Averbukh. Aliás, o responsável da LMC defende que Angola “precisa de mais sistemas ambulatoriais e não de internamentos”. Apesar disso, elogia o sistema de saúde angolano como “um dos melhores dos muitos países africanos” que ele conhece.

A LMC tem 188 trabalhadores – entre eles 38 médicos e 58 enfermeiros de 15 nacionalidades – sendo que 75% é angolana, mas apenas 20% são médicos, formados no estrangeiro “obedecendo às práticas clínicas europeias”.

A LMC junta os israelitas da Mitrelli, os suíços da HF-HealthFinance e a Promed, um consórcio internacional.

Emídio Fernando



O MINISTÉRIO da Indústria licenciou 20 empresários, entre 50 candidatos, para a instalação de fábricas no Pólo de Industrial Luari, sito a 10 quilómetros da cidade de Saurimo, na Lunda-Sul.



OS SERVIÇOS de análises clínicas do Centro de Hemoterapia e o Banco de Sangue da Clínica Girassol foram certificados na Norma ISO 9001:2008, referência Internacional para a Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade.

Manuel Tomás © VE



A madeira é um dos produtos que podem potenciar as exportações

VENDAS EM 2015

Madeira rende mais de 150 milhões USD

EXPORTAÇÃO. Produção actual não resolve as necessidades de consumo interno, devido à falta de industrialização, mas há vendas para o exterior em centenas de milhões de sólares.

Por Valdimiro Dias

Cinco membros da Comunidade de Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola (CEEIA) embolsaram, em conjunto, mais de 150 milhões de dólares, com a venda de madeira para o estrangeiro, em 2015.

A revelação é do presidente da organização, Agostinho Kapaia, que, sem precisar o volume do produto exportado, indicou que as empresas Gesteflora, Lamilon, Toritabuá, Organizações Veríssimo e o Grupo Cipro foram as protagonistas das vendas que tiveram, como principais destino, a Europa, a América e África.

Os resultados da exportação da madeira são divulgados numa altura

em que os membros da CEEIA analisam a última decisão do Governo que proíbe a exportação da madeira em toro, que, na opinião de Kapaia, vai combater o tráfico do produto. “A medida marca o princípio de uma nova era neste sector, onde a transformação ou semitransformação são condição necessária à exportação”, defende Kapaia, que prevê ainda mais investimentos e criação de emprego.

Kapaia reconhece, no entanto, que os actuais níveis de produção não atendem as necessidades de consumo interno, “devido sobretudo à falta de industrialização do sector”, mas espera que as novas medidas do Governo e o trabalho de todos os intervenientes alterem o quadro a médio prazo.

Kwanza Norte, Cabinda, Uíge e Bengo posicionam-se como os principais mercados abastecedores de madeira pesada, enquanto Huambo e Benguela como os principais fornecedores de madeiras leves.

500

Mil metros cúbicos, necessidade estimada de consumo interno de madeira

MEMORIZE

- Mais de 90 empresas estão legalizadas para a exploração de madeiras, 50 das quais operam no Uíge, 23 no Bengo, 11 em Cabinda e nove no Kwanza Norte.

NOVOS INVESTIMENTOS

O embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Índia, acreditado em Angola, Sushil Singhal, respondeu ao apelo para a necessidade de

investimentos no sector madeireiro, ao anunciar, esta semana, que empresários indianos poderão investir na exploração da madeira em Cabinda.

Angola pretende relançar o sector, no quadro do ‘Programa de Relançamento da Indústria de Madeira, Mobiliário e afins’, elaborado pelo Ministério da Agricultura, em parceria com o Ministério da Indústria. A intenção é reduzir o défice de produção estimado em mais de 150 mil metros cúbicos de madeira em toro.

O plano prevê a reanimação do sector de corte e transformação de madeira, mediante a criação de oportunidades e incentivos para os empresários florestais. A média anual de produção de madeira em toro em Angola está calculada em 360 mil metros cúbicos, números considerados muito aquém das necessidades e das capacidades gerais de consumo, estimadas em cerca de 500 mil metros, segundo dados do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Mais de 90 empresas estão legalizadas para a exploração de madeiras, 50 das quais operam no Uíge, 23 no Bengo, 11 em Cabinda e nove no Kwanza-Norte.

PETRÓLEO

Sonangol e Total reavaliam cooperação

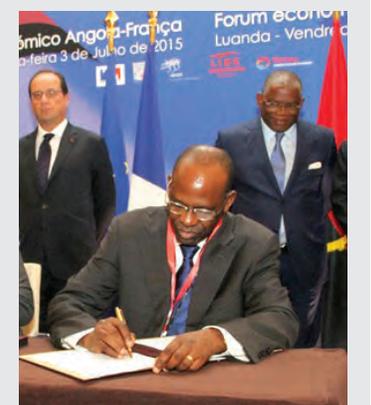
As empresas petrolíferas Sonangol, E.P e a francesa Total E&P avaliaram o estado da parceria que mantêm entre si, na sequência de dois acordos rubricados em Julho do ano passado, aquando da realização do fórum económico Angola-França, organizado por altura da última visita do presidente francês, François Hollande, a Angola.

Segundo uma nota da petrolífera angolana, o primeiro acordo assinado entre as partes diz respeito às actividades petrolíferas e visa à melhoria do intercâmbio de experiências técnicas para melhor desenvolver os recursos petrolíferos.

Já o segundo acordo se refere ao desenvolvimento de um projecto de energia solar que, na prática, se resume na comercialização de lâmpadas solares “Awango”, com vista a facilitar o acesso das populações desfavorecidas à energia.

Os acordos foram rubricados pelo PCA da Sonangol, Francisco de Lemos, e por Patrick Pouyanné, presidente da Total.

Um grupo de técnicos das duas empresas realizou, em Março, em Luanda, várias sessões de trabalho, em que abordaram temas como “A formação corporativa para a melhoria das competências e habilidades no domínio das Geociências e Engenharia de Petróleo”.



(In)formalizando

CARROS, EM LUANDA, PODEM DAR ATÉ 217 MIL KWANZAS POR MÊS

Lavadores ganham mais que professores

TRABALHO INFORMAL A lavagem de carros tem servido para muitos jovens sobreviverem. Muitos conseguem pagar as despesas de casa e até investem em terrenos e noutros negócios. Chegam a ganhar mais do que muitos quadros, mas alguns desistem.

Por Isabel Dinis

Lavar carros na rua é um trabalho que ninguém sonha exercer. Não apenas por não ser profissão formal, mas porque é proibido lavar na via pública. No entanto, o que não passa na cabeça

de muitos é que um lavador de carros - uma actividade informal que não paga imposto - pode chegar a ganhar, em média, até 217 mil kwanzas por mês. Mais do que um professor do 6º escalão do II ciclo do ensino secundário (189.200), quase o mesmo que um docente universitário assistente (267 mil) e quase o triplo de um professor do ensino primário (70 mil).

José Alexandre, de 24 anos, começou a lavar carros em Ben-

guela. Chegou a Luanda e encontrou na lavagem de carros a melhor forma de ganhar dinheiro. Opera no bairro Catinton há oito anos. O trabalho já lhe permitiu comprar um terreno, duas cabeças de gado e dois moto-táxis. José Alexandre explica que o preço 'oficial' da lavagem é de 1000 kwanzas. Mas as viaturas 'grandes' têm outro preço: o Toyota Land Cruiser é dois mil e os camiões chegam até os sete mil. "Esses carros são difíceis de



lavar. Por isso, cobra-se mais". Por lavar num local com um sistema 'especial', em cada carro, tem de pagar uma quota ao 'gerente' de 200 kwanzas. Se lavar um Toyota Land Cruiser, ou um camião, o 'gerente' fica com 50 por cento. "Esses espaços têm donos e os 200

são obrigatórios", explica José Alexandre que pode chegar a lavar de sete aos oito carros. Nos fins-de-semana, o negócio 'sorri' mais e chega aos 10 carros, que dão uma receita de 14 e 30 mil.

Joaquim Francisco, de 27 anos, também é lavador de carros há

RUA

TIPOS DE LAVAGEM DE CARROS

Lavagem simples, completa e de interior

ESTAÇÕES DE SERVIÇO

1000 kz
simples

2000 kz
completo

1500 kz
simples

2000 kz
completo

3000 kz
simples*

15000 kz
Interior**

5000 kz
completo***

5000 kz
simples*

18000 kz
Interior**

7000 kz
Interior***

14000 kz
Cabine

PRODUTOS USADOS NA RUA

Detergente, escova, pano, balde de água

PRODUTOS USADOS NAS ESTAÇÕES DE SERVIÇO

Aspirador industrial, gel-de-banho, parafina, cera para polimento, esponja, mangueira, água

* Simples: chaparia, guarda-lamas e aspiração.

** Completa: chaparia, chassi com elevador, aspiração e motor.

*** Interior: tejadilho, cintos, cadeiras, tapete. Este tipo de lavagem pode durar três dias.



O DIRECTOR NACIONAL da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembi, considera que a agricultura é das “poucas alternativas que o país tem capaz de gerar emprego em massa e garantir à população alimentos de qualidade em quantidade”.



DEZ MIL MULHERES, no Bengo, vão integrar o programa ‘Cartão Kikuia’ de combate à pobreza. O número foi revelado pelo director provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo, António Correia da Silva, no lançamento do projecto.



10

Número de carros que um jovem pode lavar num único dia.

30

Mil kwanzas: quanto um jovem pode ganhar num único dia ao fim-de-semana.

200

Valor que um jovem tem de pagar, tipo quota, a um ‘gerente’ de um espaço que é usado para lavar carros.

Manuel Tomás © VE

Manuel Tomás © VE



sete. Por dia, se “tiver sorte” lava sete carros e, no fim-de-semana, esse número pode chegar até dez. O preço base é 1000 kwanzas. Mas esse valor pode ser alterado se o cliente preferir a lavagem completa, que inclui o interior da viatura. Com o dinheiro da lavagem, Joaquim Francisco “já deu um outro ‘rumo’ à vida”. Sustenta a família, comprou um terreno e está a construir uma casa.

Pascual Constantino, antigo lavador de carros, hoje taxista, confessa que actualmente ganha menos de que quando lavava carros. Com o rendimento da lavagem, comprou um terreno e obteve a carta de condução que o permite ser taxista. Mas não pensa voltar a lavar carros. Apesar de ganhar menos, prefere ser taxista. “Lavar carros não é muito saudável, a água vem do esgoto e os detergentes prejudicam muito a saúde”.

Os lavadores de carros da zona urbana, em Luanda, ganham

MEMORIZE

● **Por lei, lavar carros na rua é ilegal, mas muitos jovens nem são incomodados e conseguem manter o negócio durante anos, em Luanda. Muitos vêm de outras províncias.**

menos que os lavadores das zonas periféricas, “por causa da concorrência e por ser o local onde a fiscalização mais ‘aperta’”.

Massoxi Carvalho, de 27 anos, lava carros no largo dos ministérios em Luanda, há nove anos. Por dia lava em média quatro carros. Cobra mil por cada um. Se for lavagem completa, o preço pode chegar até dois mil. “Com os descontos que quase sempre faço aos clientes, a lavagem com-

pleta pode ficar em 1500 kwanzas”. Alguns clientes chegam a ter contratos verbais com os lavadores e pagam no fim do mês ou por semana. “Como o carro não está sempre sujo, podem pagar 15 mil mensal”. Com o dinheiro da lavagem, conseguiu mobilar a casa e paga a renda de casa.

Celso Almeida, gerente da estação Executive Car Wash, no Cas-senda, explica que os lavagens de carros não têm um impacto ‘relevante’ nos lucros das estações. Tudo porque os clientes não contam com a gama de serviços que as estações oferecem. “Não nos têm prejudicado. Lavar na rua é outra coisa. Os clientes na rua não têm segurança, só minimizam a sujeira, usam detergentes com lixívia e ainda por cima lavam o carro com um balde de água”. O gerente assegura que as estações de serviços usam muitos produtos que, na rua, ‘jamais’ os clientes possam encontrar.

PUB

macon

Seu Destino, nosso Objectivo!

Carreiras Interprovinciais

A Macon Transportes está presente por toda Angola, excepto Cabinda, com carreiras interprovinciais distribuídas estrategicamente que unem o país em todas as direcções e sentidos há mais de 12 anos. Oferecemos estrutura própria de atendimento e a frota mais nova do país, disponível nas principais rotas, monitorada via satélite que significa maior segurança e pontualidade durante as viagens.

Central de Atendimento Autocarros 936 78 91 73 / 226 21 35 04

Aluguer & Fretamento

Realizamos os serviços de aluguer e fretamento, para atender viagens de passeios, negócios e encontros diversos, além de soluções customizadas e adequadas para o transporte de funcionários de empresas entre suas casas e locais de trabalho.

Sistema Integrado de Bilhete Eletrônico

Cargas & Encomendas

A Macon Cargas oferece várias opções em transporte rodoviário de encomendas, uma para cada necessidade de seu negócio. A frota é Ágil e Flexível para pequenos, médios e grandes volumes, através de transporte exclusivo, fracionado e urgente.

Central de Atendimento Cargas & Encomendas 929 22 56 43 / 923 35 85 21 918 62 99 70 / 226 21 41 30

Conheça nosso Mapa de Atendimento e Prazos de Entrega.

www.macontransp.com

DE JURE

DECRETO FOI PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA EM FEVEREIRO

Conheça o novo regime jurídico sobre as operações bancárias



Novo diploma é das medidas que visam o aumento das receitas do Estado

Mário Mujetes © ALE

REGULAMENTAÇÃO. Novo regime jurídico sobre as operações bancárias deverá entrar em vigor a partir do próximo mês e, segundo o legislador, visa amenizar os efeitos nas finanças públicas decorrentes da actual “desaceleração económica”.

Por Redacção*

O novo documento legal estabelece que a contribuição especial sobre as operações bancárias é agora fixada em 0,1% e se deverá aplicar a quaisquer operações liquidadas ou lançamen-

tos realizados pelas instituições financeiras bancárias e não bancárias que se traduzam na “circulação escritural ou física de moeda e que resulte na transferência da titularidade dos mesmos valores, créditos ou direitos”.

A luz do novo quadro legal “passam a ser sujeitos passivos da Contribuição Especial as instituições financeiras bancárias e não bancárias sendo, entretanto, o encargo da contribuição suportado pelas pessoas singulares ou colectivas titulares das contas sujeitas às movimentações e lançamentos bancários”.

A Contribuição Especial deverá incidir, no caso das operações a débito, nomeadamente sobre as contas correntes de depósito, empréstimos, poupança, caucionadas, entre outras. Já nas operações a crédito deverá recair sobre as contas correntes.

Um outro nível de incidência “é sobre as operações de liquidação ou pagamento de quaisquer créditos, direitos ou valores, por conta e ordem de terceiros, que não tenham sido creditados, em nome do beneficiário, quer nas contas a débito, quer a crédito”.

Os serviços de pagamentos, as operações sobre pedras e metais preciosos e as realizadas nos mercados interbancários, a compra e venda de divisas e de operações de liquidez realizados pelos bancos comerciais entram igualmente nas ‘contas’ da Contribuição Especial.

O regime jurídico da Contribuição Especial sobre as operações bancárias excluiu do seu âmbito de aplicação, entre outras, as operações de pagamentos de pensões e as operações bancárias que incidam sobre contas instituídas em regime simplificado, no quadro da estratégia da inclusão financeira e que se destinem a fomentar a poupança.

Exclui ainda as transferências

0,1

Por cento contribuição especial sobre as operações bancárias.

MEMORIZE

- As instituições financeiras que não cumpram o pagamento nos prazos estabelecidos estão sujeitas ao pagamento de uma multa correspondente ao triplo da Contribuição Especial devida, sem prejuízo das demais sanções previstas no Código Geral Tributário.

entre contas correntes do mesmo titular e as transferências abrangidas pelo Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais de Invisíveis Correntes. A Contribuição Especial deverá ser liquidada no momento da realização das operações bancárias e paga até ao final do mês seguinte àquele em que a obrigação tributária se tenha constituído.

“As instituições financeiras que não cumpram o referido dever de pagamento no prazo acima estabelecido estão sujeitas ao pagamento de uma multa correspondente ao triplo da Contribuição Especial devida, sem prejuízo das demais sanções previstas no Código Geral Tributário”, avisam os legisladores.

*Com Angola Legal Circle



Advogados à espera de novas regras

NOVA LEGISLAÇÃO

Advocacia analisada em Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros apreciou, na sua última reunião, realizada a 30 de Março, a proposta de Lei que define os Actos Próprios dos Advogados e estabelece as condições de exercício dessa profissão, de maneira a permitir o combate ao exercício ilegal da advocacia por parte de cidadãos nacionais e estrangeiros.

Na reunião, foi analisada também a proposta de Lei das Sociedades e Associações de Advogados, diploma que institui o regime jurídico aplicável ao modo de organização e funcionamento da advocacia em Angola, bem como os pressupostos para a constituição, modificação e extinção destas entidades.

Os dois documentos serão remetidos à Assembleia Nacional, segundo indica o comunicado final do encontro, distribuído à imprensa.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Gestão

NEGÓCIOS

As (im)produtivas reuniões de Steve Jobs

PLANIFICAÇÃO. Steve Jobs, fundador da Apple, fazia pelo menos duas reuniões semanais, com os directores, para discutir resultados e estratégias, e com as equipas de marketing e comunicação, indica uma pesquisa elaborada pela Exame Brasil.

Por *Redacção

Segundo esta publicação, o empresário, falecido em 2011, criou técnicas simples, mas bastante rigorosas e eficientes para eliminar as reuniões longas e improdutivas na Apple, que continuam actuais e valiosas.

A primeira regra era reunir -se apenas com pessoas extremamente capazes. Ele criou até um grupo, chamado de TOP 100, que tomava as decisões estratégicas mais importantes na companhia com milhares de funcionários.

Entre outros procedimentos para reuniões mais simples e eficazes, estão grupos menores, encontros presenciais e a proibição do Power Point.

A lista de convidados para as reuniões era sempre muito curta e restrita. Qualquer um que não fosse o responsável directo por um projeto estava excluído do encontro.

A ideia por trás disso, escreve Ken Segall, um funcionário muito próximo a Jobs, na Fast Company, é que um grupo menor será mais focado e motivado que um grande grupo, e que pessoas mais inteligentes farão um trabalho de melhor qualidade.

A medida era levada ao extremo, condizente com a personalidade enfática do empreendedor. Em certa reunião, Jobs parou tudo porque não reconheceu uma pessoa entre os presentes. Ele apontou para a funcionária e perguntou “quem é você?”.

Desconcertada, ela explicou que estava envolvida em alguns dos projetos de marketing que seriam discutidos. Depois de ouvir a resposta, Jobs afirmou: “não acredito que precisamos de você nessa reunião. Obrigado.” A funcionária foi forçada a retirar-se da sala.

ENCONTRO PRESENCIAIS

Ainda que a Apple fosse uma empresa de tecnologia, nada substituiu as reuniões presenciais. “Há uma tentação, na nossa era conectada, a achar que todas as ideias podem ser desenvolvidas por email ou iChat”, disse ele ao Harvard Business Review.

“Isso é uma loucura. Criatividade vem de encontros espontâneos, de discussões aleatórias. Você se encontra com alguém, pergunta o que ele está a fazer, diz “uau!” e logo vocês estão a amadurecer todo o tipo de ideias”.

Reuniões presenciais e espontâneas, sem uma agenda fixa, era a sua forma preferida de desenvolver ideias inovadoras.

O FIM DO POWER POINT

As apresentações de novos produtos e sistemas do criador da Apple são lendárias. Carismático, Steve Jobs preencha os palcos, contava histórias e interagiu com o



público, usando, às vezes, recursos multimídia.

Entretanto, usar power points durante reuniões com o executivo era proibido. “Odeio como pessoas usam apresentações de slides ao invés de pensar”, afirmou Jobs.

“Pessoas confrontam os problemas criando uma apresentação. Quero que eles se engajem, joguem questões na mesa, ao invés de mostrar vários slides. Pessoas que sabem do que estão a falar não precisam de Power Point”.

Por outro lado, uma das coisas mais extraordinárias da gestão de Steve Jobs na Apple é o que

ele chamava de Indivíduo Directamente Responsável (ou DRI, na sigla em inglês).

Segundo a Fortune, nunca há dúvidas sobre quem é a pessoa responsável por qual projecto. Numa reunião, o nome do DRI aparecia ao lado do tema que seria discutido. Dessa forma, cada reunião gerava uma lista de tarefas, cada um com um responsável. Era uma forma de garantir que todas as ideias lançadas na mesa durante uma reunião seriam correctamente endereçadas e trabalhadas.

*Com Exame Brasil

O **Novo** *Gazeta* na internet

ACESSE: www.novagazeta.co.ao



**VIVA AS NOVIDADES
DO SEU CANAL!**

zäp vivo

CANAL 4

**VIVÀ
TARDE**

Os temas mais actuais
e importantes, todos os
dias em directo.

SEGUNDA A SEXTA **17:00**



Os apanhados e os vídeos
mais engraçados para
fazer rir!

SEGUNDA A SEXTA **19:00**



Os artistas com mais swagg,
os novos talentos e as músicas
do momento.

SÁBADO **13:45**



As notícias mais quentes
do universo dos famosos,
todos os dias.

SEGUNDA A SEXTA **19:30**

**ZAP
NEWS**



LIGUE
935 555 500

apoio.cliente@zap.co.ao

Todos os dias, incluindo feriados,
das 7:00 às 24:00

Visite-nos em www.zap.co.ao e siga-nos



Internacional



POBREZA 'MOBILIZA' EMPRESÁRIOS NOS EUA

Milionários querem aumentar impostos

TRIBUTAÇÃO. Milionários norte-americanos apelaram ao governo de Nova-Iorque para aumentar as taxas de imposto sobre os rendimentos dos mais ricos.

Quarenta milionários de Nova Iorque, Estados Unidos da América, apelaram as autoridades a aumentar os impostos cobrados aos contribuintes mais ricos. Numa carta aberta,

elaborada em conjunto com o centro de estudo Fiscal Policy Institute e o projecto Responsible Wealth, que tem os 700 membros mais ricos do país, os milionários advogam “impostos mais justos e responsabilidade corporativa”.

“Como nova-iorquinos que contribuíram e se beneficiaram da economia vibrante do nosso Estado,

temos tanto a capacidade quanto a responsabilidade de pagar uma quantia justa”, afirmaram na mensagem endereçada ao governador de Nova Iorque, Andrew Cuomo, e a representantes do poder legislativo daquele Estado.

Em Nova Iorque, quem tem rendimentos anualmente de mais de dois milhões de dólares paga

imposto de rendimento de 8,82%, o valor máximo no Estado. O grupo propõe que esta taxa abranja também os que tenham rendimentos anuais entre um milhão e dois milhões de dólares. Segundo a campanha dos empresários, o imposto deve subir 9,35% para quem ganha entre dois milhões e dez milhões de dólares. Para a faixa dos que facturam entre dez milhões e cem milhões de dólares por ano, a proposta do imposto é de 9,85%, enquanto 9,99% é a proposta de imposto sobre os rendimentos anuais acima dos cem milhões de dólares.

De acordo com os defensores da subida de impostos, a medida elevaria a arrecadação local para 2,2 mil milhões de dólares. No documento dirigido aos governantes, os milionários argumentam que o dinheiro é necessário para combater problemas como a pobreza entre crianças, falta de moradia e recuperação de infra-estrutura sociais.

O grupo sublinha ser uma “vergonha” que o índice de pobreza infantil seja recorde em Nova Iorque, atingindo mais de 50% desta parcela da população em centros urbanos. Destaca ainda que naquele Estado norte-americano há, actualmente, mais de 80 mil sem-tectos e que muitos dos seus residentes carecem das qualificações necessárias para trabalhar numa “economia do século 21”. Na visão dos defensores da proposta, investimentos em pessoas

e infra-estruturas levarão à criação de empregos, a uma força de trabalho mais bem preparada e à redução da desigualdade de renda “extrema” que se verifica no Estado.

Entres os milionários, estão Steven Rockefeller, membro da quarta geração de uma das famílias mais abonadas dos Estados Unidos da América, Abigail Disney, sobrinha-neta de Walt Disney, e o empresário e filantropo Lewis Cullman. “Quem ganha muito dinheiro deve doar a maior parte do rendimento. Eu já fiz isso por meio de fundações e doações”, afirmou o empresário Lewis Cullman.

700

membros do projecto Responsible Wealth, que reúne os mais ricos de Nova Iorque.

8,82

por cento referência máxima da tributação dos rendimentos em Nova Iorque.

GRUPO COM NOVA ESTRATÉGIA

Barclays pode ‘emagrecer’ em África

Há mais de três meses que se aventa a possibilidade de o banco britânico Barclays reduzir as suas acções em África. Esta informação foi avançada em Dezembro de 2015, por altura da tomada de posse do presidente-executivo do grupo, Jes Staley.

Segundo informações da agência Lusa, Jes Staley terá apresentado uma nova estratégia de gestão do grupo Barclays, em que se previa acabar com algumas, ou mesmo todas as

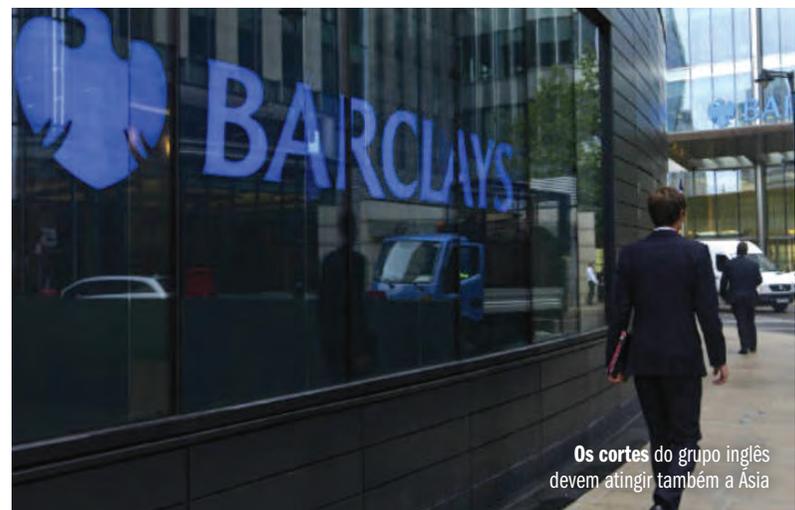
operações, no continente africano. As novas medidas aplicar-se-iam até ao primeiro trimestre de 2016.

Março terminou e, pelo menos, até ao fecho desta edição, não havia qualquer informação que dava conta da diminuição de acções do grupo financeiro nas sucursais africanas. A estratégia apresentada aos investidores previa também a redução de milhares de empregos na Ásia.

Em África, o grupo inglês tem presença na África do Sul, Quênia, Ilhas Maurícias, Botsuana, Zâmbia, Gana, Tanzânia, Uganda, Zimbábue, Egipto e Moçambique, sendo

este último o único africano de língua portuguesa. O grupo britânico detém 62% do Barclays Africa Group, que está cotado na Bolsa de Joanesburgo e que tem um valor de mercado de quase 5 mil milhões de dólares.

Com mais de 300 anos de história e especializado na área bancária, o Barclays opera em mais de 50 países e emprega aproximadamente 40 mil pessoas. Entre outros serviços, o banco transfere, empresta, investe e protege o dinheiro dos clientes a nível mundial. É provedor de serviços financeiros envolvidos em sistemas bancários privados.



Os cortes do grupo inglês devem atingir também a Ásia



O BANCO SANTANDER vai encerrar 450 balcões, nos próximos tempos, em Espanha, e despedir trabalhadores em virtude de uma reestruturação da rede comercial e dos serviços centrais.



O ANTIGO BASQUETEBOLISTA dos Chicago Bulls Michael Jordan é o atleta reformado mais rico do mundo, segundo a revista Forbes. David Beckham surge no segundo lugar e o ex-golfeista Arnold Palmer é terceiro.

MOÇAMBIQUE REABILITA AEROPORTOS

Investidos 60 milhões de dólares

A empresa estatal Aeroportos de Moçambique (AdM) prevê investir, este ano, 60 milhões de dólares em obras de reabilitação de infra-estruturas aeroportuárias do país. A empreitada vai contar com o apoio da França. O plano de obras, que inclui a aquisição de equipamentos e sistemas, prevê cabimentar 22 milhões de

dólares em reparação de pistas de aterragem. Em obras de construção e modernização de edifícios também se vai gastar 22 milhões de dólares.

De acordo com o Orçamento de Estado moçambicano, para 2016, AdM prevê despendar 8,5 milhões de dólares em estudos e projectos, sendo os restantes 7,5 milhões de dólares aplicados em obras diversas, tais como a manutenção de pistas de aterragem e descolagem, vedações, acessos e

edifícios e na construção de tanques de combustível.

Parte dos fundos necessários para realizar este plano sairá do Orçamento de Estado, havendo uma percentagem que não é divulgada, que será desembolsada pela Agência Francesa de Desenvolvimento. Moçambique tem estado a modernizar e a ampliar as infra-estruturas aeroportuárias. Em Maputo, capital do país, por exemplo, a base aérea foi transformada em aeroporto internacional.



Governo moçambicano elege infra-estruturas como investimentos prioritários



Fundo propõe políticas que beneficiem nova-empresas em detrimento de pequenos negócios

RELATÓRIO ALERTA AUTORIDADES FISCAIS

FMI defende benefícios para novas empresas

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reiterou que a redução do Imposto sobre o Rendimento Colectivo (IRC) permite atrair investimento estrangeiro nas economias desenvolvidas e alertou que as taxas reduzidas para pequenas empresas podem ser uma 'armadilha' para o seu crescimento. A instituição reitera que "taxas mais baixas de Imposto sobre o Rendimento de pessoas Colectivas (IRC) atraem a entrada de investimento estrangeiro" nas economias desenvolvidas, o que não acontece nos países em desenvolvimento.

O FMI considera que a revogação desse incentivo "pode ser difícil, especialmente no

curto prazo", defendendo, ainda assim, que "os governos podem fazer mais para melhorar o desenho, a transparência e a implementação dos incentivos fiscais". Salienta ainda que o sistema fiscal pode afectar o crescimento das empresas, nomeadamente no que diz respeito à redução de taxas baseada na dimensão das entidades, alertando que isso pode "afectar os incentivos da empresa para crescer".

Nesse sentido, e para promover o empreendedorismo e a inovação, o FMI defende que os benefícios fiscais devem ser dirigidos às novas empresas e não às pequenas. No relatório, documento com as previsões orçamentais para vários países do mundo, o Fundo considera ainda que a estabilidade fiscal promove a investigação e que os diferentes governos deviam fazer mais nesse sentido.

LUCROS DO FUTEBOL ESPANHOL EM ALTA

Mais de dois mil milhões facturados

Os lucros gerados pelo futebol em Espanha alcançaram os 2.615,6 milhões de euros durante a temporada 2014-2015, o que implicou mais 12,3% que no ano anterior, segundo o Relatório Económico de Futebol Profissional 2015, elaborado pela La Liga. O estudo mostra um volume de negócios de 2.417,2 milhões de euros para os 20 clubes que participaram na Liga BBVA (mais 11,4%), enquanto as 22 equipas da Liga Adelante faturaram 198,4 milhões (mais 25,7%).

A Liga espanhola esclarece no relatório duas causas fundamentais que explicam o aumento da facturação. A primeira são os lucros dos contratos comerciais que cresce-

ram em 114,3 milhões de euros e superaram, pela primeira vez, a barreira dos 500 milhões de euros (506,3) para o total dos conjuntos. A outra razão está no aumento de lucros pela transferência de futebolistas, valores que tiveram um incremento de 30% em comparação com o ano anterior e alcançou os 348,8 milhões.

Quanto às restantes vias de entrada de dinheiro, a exploração dos estádios (o designado Match Day) e a publicidade mantiveram-se estáveis, enquanto os lucros resultantes de direitos audiovisuais cresceram 10,3 milhões à espera do notável incremento que se dará esta temporada, fruto da venda conjunta dos mesmos. Actualmente, 41% dos lucros ordinários dos 42 clubes profissionais correspondem aos direitos de retransmissão (854,5 milhões).



Liga BBVA sempre a somar

Educação

A 'aliança académica' junta três países de expressão portuguesa



18

Estudantes participaram na 6ª edição do MBA Atlântico, que arrancou o ano passado em Luanda e terminou em Portugal.

3

Universidades Católicas (de Angola, Brasil e Portugal) estão envolvidas neste programa de pós-graduação.

UNIVERSIDADES CATÓLICAS DA LUSOFONIA CRIAM PARCERIA

MBA Atlântico termina a 6ª edição em Portugal

FORMAÇÃO. As universidades católicas de Angola, Brasil e Portugal terminaram uma edição do MBA Atlântico. Nesta edição, participaram 18 estudantes dos três países.

Por António Miguel

A 6ª edição do MBA Atlântico terminou em Março. A cerimónia de encerramento e entrega dos diplomas ocorreu no Palácio da Bolsa do Porto, em Portugal, a 1 de Abril. A formação é ministrada em três trimestres e é dirigida a estudantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesta edição, foram formados 18 estudantes de três nacionalidades. Seis angolanos, seis brasileiros e igual número de portugueses.

O ex-primeiro-ministro cabo-verdiano, José Maria Neves, e o angolano Aguinaldo Jaime, presidente da Agência de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG), foram os oradores da cerimónia. José Maria Neves abordou o tema "Cabo Verde - Gestão das Impossibilidades". Enquanto Aguinaldo Jaime dissertou sobre a temática "Estado Promotor do Desenvolvimento - reflexão sobre as experiências do Sudeste Asiático, da América Latina e de África".

Luanda, a capital angolana, acolheu o primeiro trimestre. O segundo decorreu no Rio de Janeiro (Brasil), enquanto a cidade do Porto (Portugal) teve a incumbência de albergar o terceiro e último trimestre do MBA da lusofonia. Os

MEMORIZE

● **Para terem acesso** ao MBA Atlântico, os candidatos devem possuir uma formação superior reconhecida por pelo menos uma das três universidades parceiras. É direcionado a jovens profissionais que procuram dar um impulso nas carreiras, através de um programa internacional, lecionado em diferentes países, culturas e universidades.



formandos, além de fazerem este percurso triangular para mudança de salas de aulas, realizaram visitas de estudos a empresas e não só, para tomarem contactos com a realidade dos três países.

O corpo docente para esta edição do MBA Atlântico foi composto por 30 professores. Nove angolanos, sete brasileiros e 14 portugueses. O objetivo do MBA Atlântico é formar gestores e quadros vocacionados para a internacionalização. É um projecto de referência que junta três continentes (África, América e Europa), através de países de expressão portuguesa. O projecto beneficia do apoio institucional dos presidentes da República de três países (Angola, Brasil e Portugal), e da CPLP.

A formação faz parte de uma rede (Católica Business Schools Alliance) que tem, como propósito, envolver as faculdades de economia e gestão das várias universidades católicas na criação e estabelecimento de escolas de negócios, com uma forte articulação com o tecido empresarial e em ligação com as sociedades locais. É um programa que junta a Universidade Católica Portuguesa no Porto, a Universidade Católica de Angola (UCAN), em Luanda, e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no Brasil.

O MBA Atlântico beneficia ainda de uma rede de parceiros empresariais, onde figuram algumas das maiores e mais importantes empresas lusófonas. Por enquanto, apenas alunos angolanos, brasileiros e portugueses fazem parte do programa, mas esta 'aliança académica' pretende, nos próximos tempo, incluir estudantes de outras nacionalidades, dentro da CPLP. O programa é 'full-time' e permite uma convivência de diversidade cultural, por meio da imersão durante um ano nos três continentes.

As inscrições para a próxima edição, 7ª, já estão abertas e o curso arranca em Janeiro de 2017, na cidade portuguesa do Porto. No entanto, a 7ª edição quebra a cadência que se registava desde a 1ª edição do MBA Atlântico. Antes, o início de uma edição ocorria logo após o término da anterior.

Ambiente & Tecnologia

AUTORIDADES PREOCUPADAS

Desmatamento florestal soma e segue

EXPLORAÇÃO ILEGAL. Ministérios do Ambiente e da Agricultura têm 700 agentes para fiscalizar os mais de 2,66 milhões de hectares de florestas, mas a exploração danosa soma e segue.

Por António Miguel

A

luta contra o abate ilegal de árvores virado para a exportação “afigura-se como um novo desafio para o Governo”, aponta o director-

geral do Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC), Abias Huongo, para quem essa prática cresceu nos últimos cinco anos, sobretudo, no Kuando-Kubango, Moxico e Cabinda.

Abias Huongo denuncia a devastação das florestas do Leste, “principalmente por angolanos, chineses e congoleses-democráticos” e explica que grande parte da Floresta do Mayombe, do lado do Congo Democrático, está devastada. “Agora os invasores procuram migrar para o lado de Angola, daí a necessidade de reforçar a segurança nas fronteiras, no sentido de estancar esse comércio ilegal para fora do país”, avisa.

Enquanto, nas regiões Leste e Norte, a exploração é mais voltada à exportação, no Centro (Benguela, Huambo, Kwanza-Sul e Malanje), o abate ilegal de árvores é para a pro-



Reservas florestais continuam ameaçadas com o abate ilegal de árvores

dução de lenha e carvão, que tem Luanda, como destino principal. A prática remonta desde a época colonial e envolve, particularmente, as comunidades locais.

Outra preocupação do INBAC são as queimadas de vários hectares de florestas em tempo seco, realizadas por habitantes dessas regiões com o único pretexto de lazer. “Aquilo é como se tratasse de uma actividade tradicional, mas isso impede a regeneração natural da floresta”, nota.

Abias Huongo não precisa os prejuízos do Estado devido à exploração

13

Pessoas foram condenadas, em 2015, por abate ilegal de árvore na Floresta do Mayombe, em Cabinda.

ilegal dos recursos florestais, nem avança o custo dos programas de conservação e protecção deste potencial da natureza, mas revela que, para pôr cobro a situações de ilegalidades, o Ministério do Ambiente criou uma unidade de combate a essas práticas. Como resultado, em 2015 pelo menos 13 pessoas (carvoeiros e madeireiros) foram condenadas, em Cabinda, por exploração ilegal de árvores na Floresta do Mayombe.

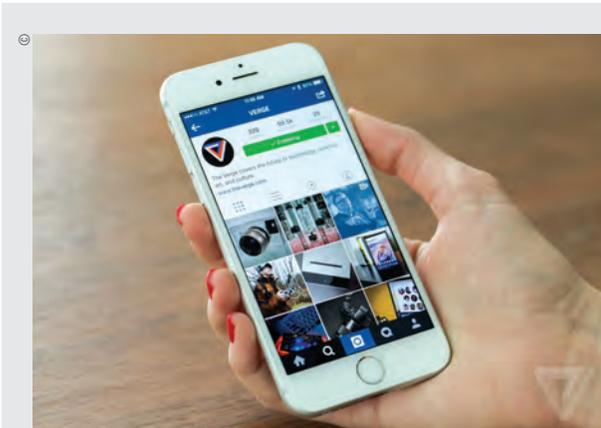
Angola tem um potencial florestal na ordem dos 2,66 milhões hectares. A sua protecção e con-

MEMORIZE

● **Embora** todas as árvores estejam em regime de protecção, o Pau-de-Cabinda, Pau-Preto, da Floresta do Mayombe, e outras árvores medicinais têm uma protecção especial, devido ao seu valor curativo e comercial. Segundo o director-geral do INBAC, Abias Huongo, por estas razões a sua comercialização é praticamente proibida.

servação é da responsabilidade do INBAC (tutelado pelo Ministério do Ambiente) e do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), afecto ao Ministério da Agricultura. Para fiscalizar os mais de 50 mil hectares de florestas, o INBAC e o IDF contam com cerca de 700 agentes fiscais. As Forças Armadas Angolanas e a Polícia Nacional também têm sido chamadas a apoiar, em situações específicas, a fiscalização das florestas.

Segundo Abias Huongo, está em marcha a realização de um inventário para se precisar o que Angola possui em termos de florestas. O projecto, que tem o apoio do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), começou em 2011 e devia terminar em 2014. Apesar do atraso, o director-geral do INBAC garante que grande parte do trabalho está concluída.



TECNOLOGIA

Instagram vai permitir vídeos de um minuto

A rede social Instagram está a mudar. A alteração ganhou vida depois de a empresa anunciar que vai passar a permitir a publicação de vídeos de até um minuto, dentro do aplicativo. A nova ferramenta já começou a valer e vai expandir-se a todos os usuários

nos próximos meses. De acordo com o Instagram, a inovação faz parte dos planos para este ano relacionados a vídeos na plataforma, acrescentando o tempo de visualização de vídeos e outras mudanças na interface. “Queremos oferecer maneiras divertidas,

flexíveis e criativas para criar e assistir vídeo no Instagram.

O novo recurso vai permitir ainda usar vários ‘clips’ na edição de apenas um vídeo, no entanto, só vai estar disponível aos usuários que possuem telefones na versão 7.19 do app para iOS.

Marcas & Estilos

Uma homenagem a Pinocchio

Uma das mais recentes novidades da linha de canetas da Montblanc surge em homenagem ao autor italiano Carlo Collodi, o criador de um dos mais duradouros personagens da literatura infantil: Pinocchio. A matéria-prima é a resina preciosa de cor marrom escuro.



A nova identidade da Adidas

A nova linha Y-3 conta com o cunho do designer japonês Yohji Yamamoto, e tem sido uma das maiores surpresas da marca alemã.



Utilidade dupla

Os óculos de sol Vivy/S51 podem ser usados de duas formas diferentes. Com ou sem o clipe em forma de metal jóia. Possui 100% de protecção ultravioleta e traz um estojo e um pano da Jimmy Choo.



Características inovadoras

O Samsung Galaxy S7 Edge é um Android com características inovadoras. Com 5,5 polegadas, possui LTE 4G para internet, além de conectividade Wi-fi e GPS.



O legado

O design da gravata Brioni, uma criação da moda italiana, revela o legado do talento artesanal da marca. Materiais naturais refinados numa cartela cromática de tons saturados e nuances intensas definem a seleção Farfetch.



Tosta no aroma e perfil sério

O Douro é a mais antiga região vinícola do mundo, demarcada em 1756. Ali se produz, para além do emblemático vinho do Porto, um vasto conjunto de vinhos secos de muito grande nível.

É lá que nasceu também o Quinta da Leda. “Alguma tosta no aroma, num perfil sério, ainda muito fechado, notas de cacau amargo, boa textura de boca, taninos domados e escondidos, é tinto que impressiona, com final longo e macio”.



Lugar ‘agradável’ e despercebido

O restaurante Bosque dos Sabores é considerado por muitos como um lugar discreto, ‘agradável’ e despercebido por quem passa na rua, para além de se lhe reconhecer também ‘potencial’ no serviço que presta. Apenas funciona para pequenos-almoços e almoços. O Bosque dos Sabores, como se chama o restaurante, está situado no 1º piso do edifício Faias Residence, na Rua Rainha Ginga em Luanda.

Existe um segurança que abre a porta principal à entrada do ‘discreto’ espaço e, chegando à recepção, a chef recebe os clientes e acompanha-os até à sala, designando quais os lugares onde se devem sentar.

O menu inclui uma sopa de legumes como entrada, prato principal à escolha (um de carne e outro de peixe) e uma sobremesa, para além da bebida e café. Normalmente, servem um copo de shot com detox de beterraba como oferta. É uma bebida fiel ao sabor da beterraba.

VOLVO XC90 T8

Design e tecnologia

Com um design novo, o XC90 já passou pelo crivo da crítica e o resultado, ao que parece, terá sido dos melhores. O mais novo modelo é o primeiro da marca a integrar a nova plataforma SPA (Scalable Product Architecture), que abre um leque de possibilidades mais alargado em termos de design, e melhora, segundo o construtor, as características de condução.

Além disso, o novo modelo permite a inclusão dos mais recentes dispositivos de segu-

rança e tecnologias conectadas a bordo, aumentando simultaneamente o espaço. O chassis e a suspensão são novos e integram componentes específicos feitos de material compósito, que melhoram a dinâmica.

Com um motor de quatro cilindros e dois litros de capacidade, a gasolina, o novo modelo possui um consumo médio de 2,1 l/100 km e emissões de 49 g/km. Em modo completamente eléctrico, consegue percorrer até 43 quilómetros.





O ESCRITOR HÚNGARO, Imre Kertész, vencedor do Nobel da Literatura no ano de 2002, morreu aos 86 anos, vítima de doença. A notícia é avançada pela agência Reuters, que cita o editor do escritor.



A CANTORA ALINE FRAZÃO vai estar no Brasil para começar uma mini-digressão de quatro concertos, com a primeira paragem em Minas Gerais, seguindo-se o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.



ANTROPOLOGIA

Museu mostra costumes nacionais

EXPOSIÇÃO. A amostra comporta mais de 160 peças etnográficas que retratam variados aspectos da cultura nacional e foi aberta nas celebrações do Dia Nacional da Cultura, 8 de Janeiro. O acesso do público é de segunda a sexta-feira e é gratuito.

Por Isabel Dinis

Através da exposição, o público viaja pelos caminhos da cultura angolana, de Cabinda ao Cunene, dos diferentes povos, num espaço de duas amplas salas. A exposição está arrumada por secções, que passam pela vida doméstica, cerâmica, pas-

torícia, vestuário, crenças tradicionais, máscaras, ritmos, agricultura e poder tradicional.

Ao viajar pela pluralidade de crenças, hábitos e costumes de povos, o visitante fica próximo de peças que remontam do período colonial e que, em algumas regiões de Angola, ainda são usadas, como os instrumentos musicais Reco-reco ou

Dikanza, Sakila, Kisanji, batuque, o cesto Kapaia, Tchianda, Nkanda, o Muco ou Mucho, instrumento usado para pesca, pulseiras de bronze entre outros objectos.

CULTURA EM OBJECTOS

Na secção das máscaras, está patente o contacto com as famosas máscaras Mwana Pwo, Likisi Iya mbwetekete

e a Cikunza. No poder tradicional, chama logo a atenção o assento do soberano e outros artefactos.

Há ainda adornos e objectos decorativos, como o Oshilanda, o Kwamo, o Otchiveca, as Pulseiras de bronze, o Busto, Cinturão, a Ocipanda, Sandálias, a Mwandji, o Nlele, e a Musunda, Mabela, Onga, Ohunya, Masocolo, o Porta-Flexas, Amuletos, Ngonga ya Cifolo, Kapaia, Mutapa entre outros.

Ao percorrer as duas salas, pode-se, no silêncio, observar pela arrumação das peças pequenas descrições, que ajudam o visitante a perceber mais sobre o objecto e o material usado.

O Museu Nacional de Antropologia está localizado no bairro dos Coqueiros, em Luanda. O espaço foi fundado em 13 de Novembro de 1976. Foi a primeira instituição museológica criada após a independência. De carácter científico, cultural e educativo está vocacionada para a recolha, investigação, conservação, valorização e divulgação do património cultural angolano.

O museu tem um dos maiores acervos de Angola, composto por objectos etnográficos de grupos étnico-linguísticos do país e de outros povos de África.

No museu, trabalham linguistas, historiadores e sociólogos. Tem uma biblioteca com mais 3.500 livros, entre revistas, trabalhos de fim de curso na especialidade de antropologia e jornais.



DESTINO

Ilhas Seychelles, paraíso em África

Paraíso tropical é assim que muitos classificam as Ilhas Seychelles. A nação é formada por 115 Ilhas no oceano atlântico, localizadas a norte e nordeste de Madagáscar.

A economia do arquipélago depende da indústria de turismo. Para o povo de Seychelles, a satisfação e o bem-estar dos turistas são ensinados desde tenra idade.

As Ilhas Seychelles prezam muito pelo turismo sustentável, com espaços e áreas de preservação. A capital Vitoria é considerada a menor de África, com praias de areia clara, vegetação exuberante e águas cristalinas.

Para além de aproveitar as praias que são o cartão postal das ilhas, o visitante é convidado a experimentar um passeio de barco pelo Parque Nacional Marinho de St. Anne, para observar a fauna local. Na ilha de Praslin, há a reserva natural Vale Mai, que possui cachoeiras, raras palmeiras gigantes, além de uma espécie de papagaio que só se encontra na ilha.

Para aqueles que procuram uma boa aventura, Seichelles têm reservadas várias modalidades de desportos aquáticos, como o Windsurf, Surf e vela.

A ilha alberga dois patrimónios da humanidade pela Unesco, a

Reserva Natural de Vallé du Mai e o Atol de Aldabra, com uma população de mais de 150 mil tartarugas marinhas, considerada a maior do mundo.

ONDE FICAR

Os melhores hotéis nas Ilhas Seychelles são aqueles que estão próximos das praias. O four Seasons Resort Seychelles é um deles, com praia privada e um mar verde. Há ainda o Raffles Praslin e o Hilton Seychelles Labriz Resort e Spa.

ONDE COMER

A culinária do arquipélago destaca-se pelos pratos preparados com



frutos do mar, vegetais, pimenta e coco, considerada como tendo um alto teor nutritivo.

Uma viagem de ida e volta de Luanda às Ilhas Seychelles pode custar até 500 dólares.

NÚMEROS DA SEMANA

2,1

Mil milhões de kwanzas é o valor que o BNA colocou à disposição do público, no segmento de venda directa de títulos, sendo 687,8 milhões de kwanzas em Bilhetes de Tesouro.

60

Idade indicada pelo Censo Geral da População e Habitação-2014, como o nível de esperança de vida dos angolanos.

20

Empresários, entre 50 candidatos, receberam as respectivas licenças, das mãos da ministra da Indústria, Bernarda Martins, para a instalação de fábricas no Pólo Industrial da Lunda-Sul.

NEGÓCIOS SUPERIORES A 15 MIL USD DEVEM COMUNICADOS

Venda de casas vigiadas



Os agentes imobiliários e particulares que se dedicam à venda de casas cujo valor exceda o equivalente a 15 mil dólares são obrigados a enviar, a partir do fim

de semana passado, os dados e os valores do negócio ao Instituto Nacional de Habitação, obedecendo a um regulamento do Ministério do Urbanismo e

Habitação.

A medida é justificada com a necessidade de “prevenção do branqueamento de capitais e financiamento de terrorismos”, a julgar pelas avultadas somas que são movimentadas no negócio das casas e incide directamente sobre os operadores do sector.

A apresentação pública do regulamento coube à ministra do Urbanismo e Habitação, Branca Espírito Santo, num encontro que reuniu agentes e associações do sector e vários mediadores de venda.

Cleber Corrêa, proprietário da Agência Proimóveis, antevê “dias melhores” para o negócio das casas. “É importante o cadastramento dos agentes, mas não de uma maneira ostensiva. E será um benefício para eles, com uma formação e um credenciamento”, reforçou o empresário.



PR faz novas mexidas

João Boa Francisco Quipipa foi nomeado secretário de Estado do Tesouro, rendendo nesta função Leonel Felisberto da Silva, indica uma nota da Casa Civil, divulgada na última sexta-feira.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, nomeou ainda Jaime Pedro Fortunato para secretário de Estado para o Comércio Interno e Carlos Filomeno de Martino dos Santos Cordeiro para o cargo de secretário de Estado das Pescas para a área de Aquicultura.

Gabriel Alberto Gastão foi indicado vice-governador da província do Kuando-Kubango para os Serviços Técnicos e Infraestruturas.

João Boa Francisco Quipipa, antes das novas funções, exercia o cargo de chefe do gabinete de estudo e planeamento do Ministério das Finanças.

Já Jaime Fortunato era um quadro sénior do Ministério da Economia.

EMIS ALTERA LIMITES DE LEVANTAMENTO

‘Multicaixas’ dão 50 mil por dia

O limite de levantamento diário nas caixas de pagamentos automático (multicaixa) passou a ser, desde 1 de Abril, 50 mil kwanzas por cliente, em vez dos 40 mil kwanzas que eram permitidos até 31 de Março, de acordo com um aviso da Emis, empresa gestora da rede multicaixa do país.

Também foi alterado o limite de levantamento por operação, de 20 mil kwanzas para 25 mil kwanzas, soma que poderá ser movimentada numa só vez, ou por valores prefigurados no menu das caixas automá-

ticas, designadamente 2 mil, 5 mil, 10 mil, 20 mil e 25 mil kwanzas.

A Emis alerta, no entanto, que a alteração do novo modelo de operação pode não acontecer ao mesmo tempo para todos os ‘multicaixas’.

“Face a algumas limitações nos sistemas de comunicações, admite-se que a actualização dos ‘menus’ de alguns ATM possa levar mais de um dia”, antecipa a nota assinada pelo CEO da entidade, José Gualberto de Matos, e o administrador Edgar Bruno Costa.



O VALOR ESTA SEMANA

EXPORTAÇÃO DE MADEIRA
150 milhões USD

Cinco empresas ligadas à Comunidade das Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola (CEEIA) exportaram madeira num valor superior a 150 milhões de dólares, em 2015, segundo o presidente da organização, Agostinho Kapaia. Para já projectam-se novos investimentos no sector, com a Índia a manifestar interesse em Cabinda. **pág. 19**

POLÍTICA MONETÁRIA
BNA eleva taxas

O Comité de Política Monetária do BNA voltou a elevar as taxas de referência. A Taxa BNA subiu dois pontos percentuais para os 14%, a taxa de juro de facilidade permanente de cedência de liquidez subiu igualmente dois pontos ao passar de 14% para os 16%. Como consequência, os empréstimos tornaram-se mais caros. **pág. 15**



ABATE ILEGAL DE ÁRVORES
Desmatação prossegue

Os Ministérios da Agricultura e do Ambiente juntam 700 agentes para fiscalizar as reservas florestais de Angola, estimadas em mais de 2,6 milhões de hectares. Mas, ainda assim, o abate ilegal de árvores continua a devastar o leste e norte, com alertas de exploração por ‘invasores’ do Congo Democrático, da floresta do Mayombe. **pág. 29**